



Favela!



Notas Conceituais
para Políticas Públicas
sobre Usos de IA nas/das Margens

FAVEL IA:

**NOTAS CONCEITUAIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS
SOBRE USOS DE IA NAS/DAS MARGENS**

ABRIL/MAIO 2026

Creative Commons Non Commercial-No Derivs CC BY-NC-ND: This report is distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NoDerivs 4.0 License (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), which permits any use, reproduction, and distribution of the work as published without adaptation or alteration, provided the original work is attributed.



Co-autores do Coletivo Favel IA

(em ordem alfabética, pelo primeiro nome)

Aline Teixeira dos Santos

Akili Ribeiro da Silva

Ana Carla Hilário da Silva

Ana Paula Bragaglia

Andrea Medrado

Carla Baiense Felix

Eleonora de Magalhães Carvalho

Flavia Cândido

Geisa Rodrigues Leite da Silva

Isabel Cristina Coronel Xavier

Jheny da Silva Alves Pereira

Josiane da Silva Dias

Kharine Dantas Santos Gil de Almeida

Lucas da Silva Alves Pessoa

Lucas Coaracy

Manoela Mayrink

Marcela Barba

Monique Pulla dos Santos Teixeira de Oliveira

Patrick Melo

Rodrigo Quinan

Rafael Garcia Peixoto

Thainã de Medeiros

Vitor Costa Pereira da Silva

Zuri Moura dos Santos

Como citar

Medrado, A., Medeiros, T. (Eds) e Coletivo Favel IA (2026). **Favel IA: Notas Conceituais para Políticas Públicas sobre Usos de IA nas/das Margens**. Niterói: INCT DSI.

Créditos e atribuições visuais

Design do relatório: Eleonora de Magalhães

Design da capa: Emanuely Araujo

Fotografias: Vitor Costa

Referências visuais inspiradas por **Categorize e Networks by Pauline Wee & DAIR**
Pauline Wee & DAIR / <https://betterimagesofai.org/>
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

ÍNDICE

1	Resumo Executivo	05
2	Introdução: Favel IA	06
3	Favelas usando IA, IA usando as favelas: quais são os problemas, afinal?	08
4	A IA usando as favelas	12
	Mas e a favela usando a IA?	16
5	Pesquisa-Ação Participativa (PAP): revisitando as tradições latino-americanas de pesquisa militante	20
6	Quais são os pilares que traduzem os principais valores da favela que as big techs e governos deveriam ter em mente?	31
7	O que funciona no ativismo tecnológico?	35
8	Áreas-problema e demandas para os governos e as big techs	40
9	Conclusão	48

RESUMO EXECUTIVO

Não basta perguntar **como a IA usa a favela**, mas, sobretudo, **como a favela usa, disputa e redefine a IA**. Em vez de tratá-la como objeto de vigilância e extração de dados, o presente relatório afirma a favela como **sujeito político e território pulsante de produção de conhecimento, memória, cuidado e inteligência coletiva**.

Método

Elaborado por meio de Pesquisa-Ação Participativa (PAP) e guiado pela filosofia do “nós por nós”, o projeto reuniu lideranças comunitárias, midiativistas, ativistas digitais e pesquisadores em oficinas com agenda aberta, orientadas pela pergunta: como a favela usa a IA?

Pilares

Reconhecimento da favela como território de humanidade plena, de saber territorial, cuidado, memória, oralidade, vínculo e inteligência coletiva, e não como espaço a ser apenas mapeado, corrigido ou otimizado.

Diagnóstico

O relatório mostra que a IA não chega aos territórios de forma neutra: ela se articula a desigualdades já existentes e pode aprofundar racismo algorítmico, vigilância, opacidade na coleta de dados, exclusão e estigmatização, especialmente em contextos marcados por violência estrutural.

O que funciona

Tecnologias situadas e tecnologias de cuidado: mídias comunitárias, bibliotecas, arquivos de memória, projetos de leitura, plataformas locais, redes informais de apoio e pressão política organizada sobre governos e big techs.

Demandas/área

- **Segurança:** transparência, proteção de dados e limites à vigilância.
- **Saúde mental:** freios à exploração da atenção e proteção contra estigmatização.
- **Meio ambiente:** regulação da instalação de infraestruturas tecnológicas e justiça ambiental.
- **Memória e saberes locais:** proteção dos saberes territoriais e dos registros comunitários contra apagamento e deslegitimação. Projeto CriA com a valorização dos saberes das crias de favelas.
- **Desinformação:** enfrentamento ao apagamento, às narrativas criminalizantes e ao racismo tecnológico.

Direção política

Transparência sobre dados, controle social sobre tecnologias implementadas nas comunidades, limites à vigilância e **valorização de tecnologias de cuidado** já existentes. Reconhecer que, das favelas, podem emergir critérios mais justos para imaginar e disputar o futuro digital. **Criação de Coletivos Favel IA** em diversas favelas de grandes cidades com lideranças comunitárias para que possam participar de consultas públicas sobre tecnologias e IA.



XXXXX

*“IA É TAMBÉM
O LAIÁ-LAIÁ
DO SAMBA”*

INTRODUÇÃO

FAVEL IA

INTRODUÇÃO

Favel IA

O Favel IA nasce de uma premissa pulsante. Se IA é inteligência artificial, IA é também o “laiá-laiá” do samba, como nos lembra Raull Santiago, co-fundador do Instituto Papo Reto¹.

É dançar conforme a música. Música que nas favelas ecoa em meio a profundas desigualdades e violências de Estado. Cenário assimétrico no qual a tecnologia é tudo menos neutra. Ela atravessa vielas, casas, corpos, mentes, histórias. Diante disso, a questão não é tanto “como a IA usa a favela?”, mas sim, “como a favela usa a IA?”, no sentido de disputá-la e redefini-la? Enquanto o desenvolvimento da inteligência artificial é concentrado nas Big Techs do Norte Global, reforçando dinâmicas de colonialismo de dados, trabalho precarizado e dependência tecnológica, o Favel IA traz outra narrativa. Ele desloca o olhar que entende a favela como objeto de extração de dados e intensa vigilância para a favela como sujeito político e produtora de conhecimento.

No centro desse movimento estão lideranças comunitárias, midiativistas de favelas e pesquisadores. Flavia Candido, midiativista do Dicionário de Favelas Marielle Franco² e Mestranda em Relações Étnico-Raciais, traz um relato ilustrativo dos paradoxos das tecnologias. Após ter um texto viralizado, ela foi acusada de não ser autora do trabalho, sob a suspeita de ter usado IA. “Se a gente não usar, fica pra trás. Se usar, desqualificam a gente.” Essa frase revela uma estrutura que invalida a potência intelectual das crias das favelas.

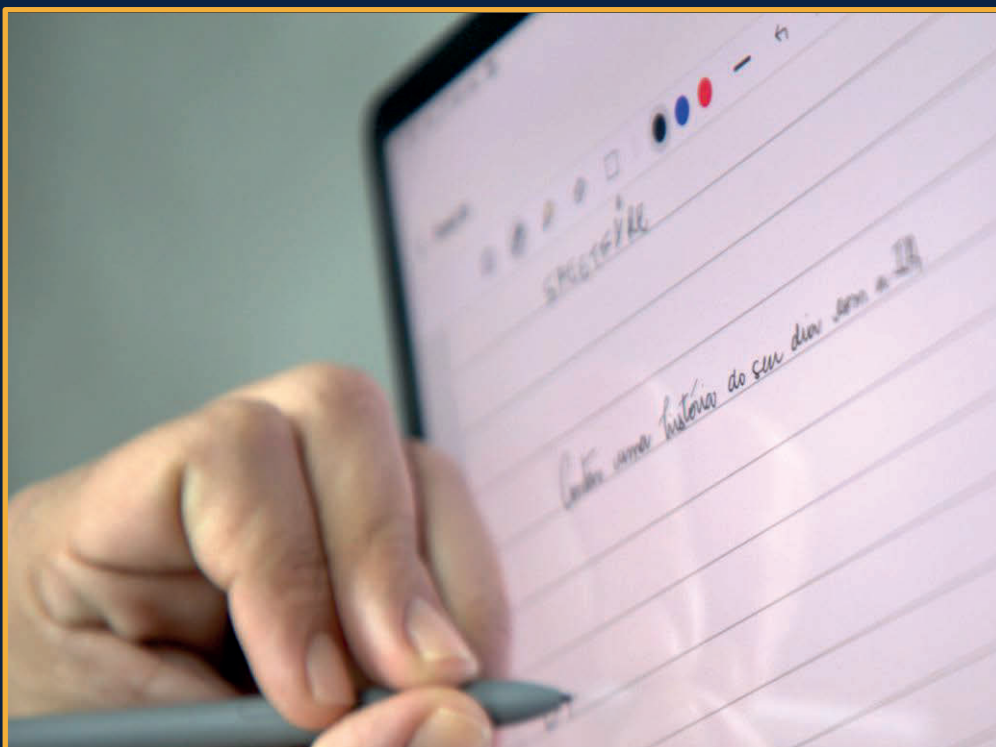
Realizado em 2025 e 2026, em parceria com o INCT DSI, a University of Exeter, a UFF e o Instituto Papo Reto³, o Favel IA adotou a Pesquisa-Ação Participativa (PAP) para a construção de conhecimento coletivo sobre governança e literacia de IA desde as bases. O Favel IA demonstra que a favela é inteligência: memória, solidariedade e afeto. Dançar conforme a música é exercer protagonismo. É reivindicar o direito de definir os termos da tecnologia que atravessa os territórios, com crias de favelas à frente, transformando resistência em inovação social.

¹ Raull sugeriu o título Favel IA em nossa primeira conversa sobre o projeto.

² Ver: https://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco

³ Para saber mais sobre o trabalho realizado pelo Instituto Papo Reto, veja o relatório publicado em Março de 2026 sobre sua história de luta, ações e metodologias. <https://institutopaporeto.org/cms/wp-content/uploads/2026/03/12-Anos-Dando-o-Papo-Reto-Formas-de-ativismo-no-Complexo-do-Alemao.pdf>

FAVELAS USANDO IA, IA USANDO AS FAVELAS: QUAIS SÃO OS PROBLEMAS, AFINAL?



Favelas usando IA, IA usando as favelas: quais são os problemas, afinal?

Há uma assimetria brutal entre quem lucra com a IA e quem arca com seus custos. De um lado, as Big Techs acumulam lucros impulsionados por sistemas automatizados, infraestrutura de dados e publicidade orientada por algoritmos. De outro, comunidades marginalizadas, especialmente populações negras, periféricas e mulheres das classes sociais mais vulnerabilizadas não têm acesso a esses ganhos. Além disso, têm seus dados, sua força de trabalho, seus territórios e recursos naturais explorados de forma intensificada.

Para se ter uma dimensão dessa disparidade, a Meta informou a seus investidores que, em 2025, registrou mais de 200 bilhões de dólares em receita, grande parte impulsionada por anúncios orientados por IA (AI-driven ads), ou seja, publicidade altamente segmentada por algoritmos que processam e monetizam dados em escala massiva⁴. Da mesma forma, a Alphabet divulgou que a receita do Google Cloud cresceu 48%, alcançando 17,7 bilhões de dólares. Tal crescimento é atribuído à infraestrutura e às soluções de IA oferecidas a empresas e governos⁵. Esses números revelam como a IA se tornou um dos principais motores de rentabilidade das gigantes tecnológicas.

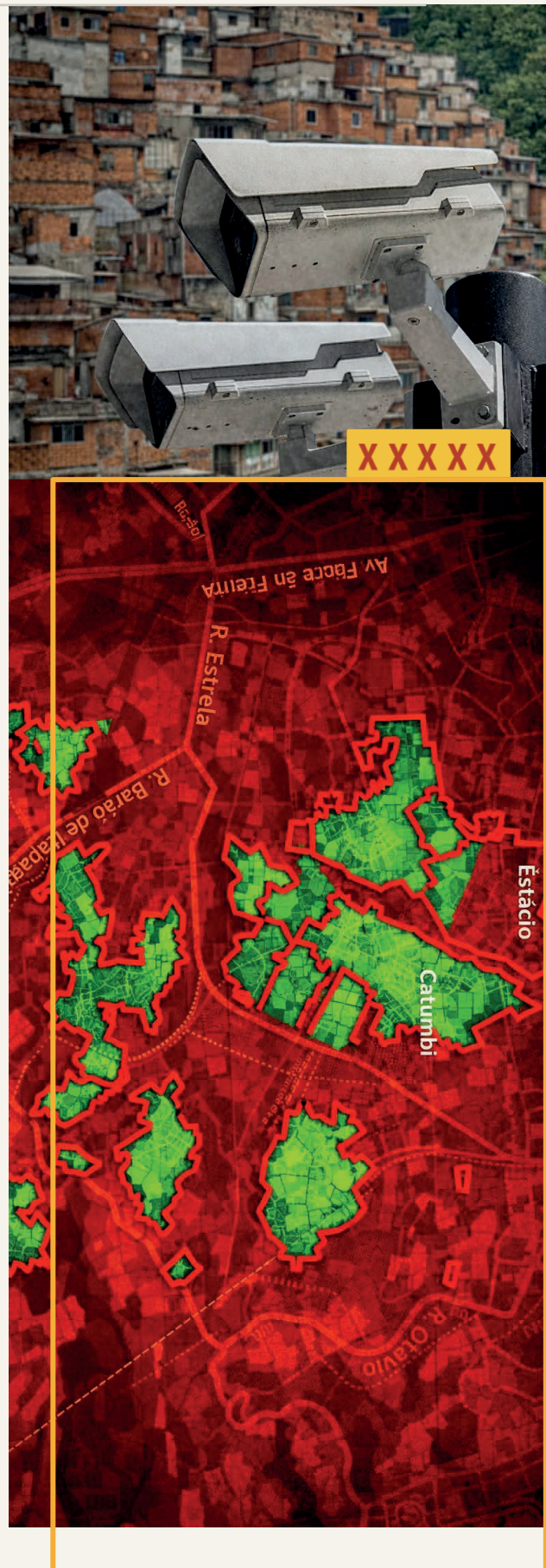
Entretanto, a base dessa lucratividade ocorre como consequência de processos profundamente desiguais. A extração de dados, sem transparência ou consentimento, transforma a vida cotidiana das pessoas em matéria-prima para modelos algorítmicos. Além disso, as cadeias produtivas da IA envolvem trabalho precarizado, desde a rotulação de dados até serviços de moderação de conteúdo, frequentemente realizados por trabalhadores mal remunerados em países do Sul Global. Soma-se a isso o impacto ambiental de data centers e da extração de recursos naturais, como minerais, que afetam diretamente comunidades vulneráveis.

No mercado de trabalho, os riscos também são desiguais. Segundo a Organisation for Economic Cooperation and Development (OCDE, 2024), trabalhadores sem ensino superior, mulheres e trabalhadores idosos correm maior risco de ficar em desvantagem devido ao menor acesso a oportunidades relacionadas à IA⁶. Essa questão é particularmente grave para o emprego feminino. Muitas ocupações administrativas, precarizadas e informalizadas, justamente aquelas mais expostas à automação por IA, são desempenhadas por mulheres. Assim, os impactos desiguais são fortemente marcados por questões geracionais e de gênero.

Há ainda o problema das ferramentas automatizadas com efeitos discriminatórios. Na segurança pública, por exemplo, já é amplamente documentada a desproporcionalidade racial associada ao reconhecimento facial. Um relatório da Rede de Observatórios da Segurança, citado pela Reuters, apontou que cerca de 90% das pessoas presas com base em reconhecimento facial em diversos estados brasileiros eram negras⁷. Em políticas sociais, sistemas automatizados de concessão ou fiscalização de benefícios costumam atribuir pontuações de “risco” mais elevadas com base em fatores associados à pobreza, como tipo de moradia ou histórico de renda instável. O resultado são suspensões de benefícios, punições injustas e aprofundamento da vulnerabilidade econômica.

Diante desse sistema assimétrico, populações vulnerabilizadas, especialmente mulheres das periferias e favelas, quase não têm participação nas discussões regulatórias sobre IA. Não estão nos conselhos de governança corporativa, nem nas mesas de negociação com o poder público, nem nos fóruns internacionais. Assim, enquanto os lucros se concentram, os riscos e danos se distribuem de forma desigual. A questão central, portanto, não é apenas inovação, mas justiça distributiva: quem decide, quem lucra e quem paga o preço da inteligência artificial? E como essa cadeia afeta as pessoas periféricas e moradores de favela?

Dessa forma, é preciso lembrar que a inteligência artificial não é uma tecnologia neutra. Tampouco é uma mera ferramenta de eficiência econômica. Trata-se de um sistema que reorganiza poder, riqueza e oportunidades econômicas em escala global. Quando os benefícios financeiros e sociais da IA se concentram nas mãos de poucas corporações, enquanto os custos sociais recaem de forma desproporcional sobre populações vulnerabilizadas, estamos diante de um processo de aprofundamento de desigualdades estruturais.



Estamos tratando de uma questão de justiça econômica. Se a IA depende da coleta massiva de dados, dados estes que são produzidos por pessoas em suas interações cotidianas, então a riqueza gerada por esses sistemas deveria ter uma dimensão coletiva. Essa riqueza, porém, não é redistribuída de forma proporcional. Comunidades periféricas, populações negras, trabalhadores precarizados e mulheres frequentemente contribuem com dados e trabalho invisível e emocional (como ocorre, por exemplo, com o trabalho de moderação de conteúdo). No entanto, não participam dos ganhos financeiros nem têm acesso a oportunidades tecnológicas. Isso reforça um modelo extrativista digital, em que valor é retirado de territórios e corpos sem retorno equivalente.

Além disso, há uma questão de natureza democrática. Decisões sobre como a IA é desenvolvida, implementada e regulada moldam o acesso a serviços públicos, emprego, crédito, segurança e direitos sociais. Quando populações diretamente afetadas, como é o caso dos moradores de periferias e favelas, não têm participação nessas decisões, cria-se um déficit de representação. A falta de regulação aprofunda essas desigualdades. E nos poucos debates regulatórios, verificamos uma forte ausência dessas vozes. Isso significa que políticas podem ser formuladas sem considerar impactos concretos sobre as vidas nas periferias e favelas, perpetuando exclusões históricas. Por fim, todas essas questões definem o tipo de sociedade que almejamos e queremos construir. Sem mecanismos de redistribuição, regulação inclusiva e participação social efetiva, a IA tende a reproduzir e intensificar hierarquias existentes. Discutir essa assimetria não é ser contra a inovação; é defender que a inovação esteja alinhada com equidade, democracia e justiça social.

⁴ Meta Investor Relations (2026). *Meta Reports Fourth Quarter and Full Year 2025 Results*. MENLO PARK, Calif., Jan. 28, 2026 /PRNewswire/ – Meta Platforms, Inc. (Nasdaq: META) today reported financial results for the quarter and full year ended December 31, 2025. Link para o release: https://s21.q4cdn.com/399680738/files/doc_news/Meta-Reports-Fourth-Quarter-and-Full-Year-2025-Results-2026.pdf

⁵ Alphabet (2026). *Alphabet Announces Fourth Quarter and Fiscal Year 2025 Results* MOUNTAIN VIEW, Calif. – February 4, 2026 – Alphabet Inc. (NASDAQ: GOOG, GOOGL) today announced financial results for the quarter ended December 31, 2025. Link para o release: https://s206.q4cdn.com/479360582/files/doc_financials/2025/q4/2025q4-alphabet-earnings-release.pdf

⁶ Organization for Economic Cooperation and Development - OECD (2024). *Who will be the workers most affected by AI?: A closer look at the impact of AI on women, low-skilled workers and other groups*. https://www.oecd.org/en/publications/who-will-be-the-workers-most-affected-by-ai_14dc6f89-en.html

⁷ Nunes, P. (2019). *Intercept Brasil*. Exclusivo: levantamento revela que 90,5% dos presos por monitoramento facial no Brasil são negros. <https://www.intercept.com.br/2019/11/21/presos-monitoramento-facial-brasil-negros>/<https://www.intercept.com.br/2019/11/21/presos-monitoramento-facial-brasil-negros/>

*“SISTEMAS DE IA SÃO
TREINADOS COM DADOS
EXISTENTES QUE
REPRODUZEM
DESIGUALDADES HISTÓRICAS
E HIERARQUIAS RACIAIS”*

XXXXX

A IA USANDO AS FAVELAS

A IA usando as favelas

Representações midiáticas binárias. É dessa forma que as favelas são frequentemente retratadas. Por um lado, são apresentadas como espaços caóticos e insalubres. Por outro, são exotizadas em representações que tendem a romantizar a precarização na/da vida cotidiana (Valladares, 2000)⁸. Outro binarismo se manifesta quando as favelas são enquadradas como áreas separadas, distintas, como espécies de anti-cidades. Dessa forma, são perpetuados estereótipos que as retratam como epicentros de crime e violência. Dualismo este que alimenta a narrativa da “cidade dividida” (Ventura, 1994)⁹, reforçando uma dicotomia simplista na qual existem fronteiras bem marcadas que separam a favela do asfalto. Tais representações estigmatizam os moradores das favelas como inimigos do Estado, legitimando o policiamento agressivo e políticas alinhadas a ideais neoliberais que se colocam como resposta à erradicação de maneira arbitrária da pobreza. Tudo isso explica porque uma preocupação central dos movimentos sociais e dos comunicadores populares nas favelas tem sido contribuir para representações midiáticas menos simplistas de suas comunidades.

Mas a realidade é que a favela não é uma parte destacada ou dissociada da cidade. Tampouco seus moradores são minoria. O Rio de Janeiro tem uma população de 6,2 milhões de pessoas das quais 21,7% moram em favelas (Censo IBGE, 2022)¹⁰. Mesmo abrigando um percentual expressivo das populações das cidades, a criminalização da favela justifica a chamada “guerra às drogas” que vitimiza os jovens negros em diversos territórios. Nos primeiros quatro meses de 2020, ano em que a OMS declarou a pandemia do Covid-19, a polícia do Rio de Janeiro assassinou 606 pessoas, um crescimento de 43% com relação a 2019 (Nascimento, 2020)¹¹. Os dados são realmente assustadores. A polícia foi responsável por 35% de todas as mortes no estado do Rio de Janeiro em abril de 2020. Mais de três quartos das quase 9.000 pessoas mortas pela polícia do Rio na última década eram homens negros. Em âmbito nacional, em 2024, foram registradas 6.243 mortes atribuídas à violência policial (Souza, 2024)¹². Sendo assim, a violência policial tornou-se, à sua maneira, endêmica e talvez ainda mais insidiosa do que a própria pandemia.

Em outubro de 2025, quando estávamos realizando a segunda rodada de oficinas do Favel IA (ver próxima seção, sobre metodologia), a Operação Contenção, uma operação policial realizada nas favelas do Complexo do Alemão e do Complexo da Penha deixou mais de 120 pessoas mortas, incluindo quatro policiais, tornando-se a ação policial mais letal da história da cidade (Phillips, 2025)¹³. Organizações de direitos humanos e movimentos sociais condenaram veementemente a operação, apontando graves falhas investigativas:

especialistas forenses teriam sido impedidos de analisar as cenas do crime, levantando sérias preocupações sobre execuções extrajudiciais em bairros de baixa renda predominantemente negros (Human Rights Watch, 2025)¹⁴.

Após apresentar dados que evidenciam a dimensão da violência policial, consideramos o contexto social e tecnológico em que vivem as populações das favelas. Aqui, apresentamos alguns dados sobre o acesso e o uso da internet nas favelas, particularmente no Rio de Janeiro. Estima-se que 90% dos moradores de favelas no Brasil usem internet regularmente. O smartphone é o principal dispositivo utilizado por cerca de 99% dos usuários. Entre os moradores de favelas, 85% usam redes sociais diariamente. O WhatsApp é a principal ferramenta de comunicação e circulação de notícias (Data Favela, 2023)¹⁵. De forma geral, ainda existem poucas pesquisas e um mapeamento sistemático sobre o uso específico de inteligência artificial e, em particular, de IA generativa nas favelas brasileiras. No entanto, um exame da literatura disponível revela quatro temas recorrentes e relevantes para compreender as formas pelas quais a indústria de IA impacta a vida nas favelas no Brasil:

a) Racismo algorítmico

O Brasil possui profundas desigualdades raciais e econômicas, que moldam fortemente a forma como as tecnologias de IA impactam as pessoas. Assim, sistemas de IA acabam reproduzindo desigualdades raciais estruturais (Silva e Rodrigues Silva, 2024; Internet Lab, 2024)¹⁶. Muitos sistemas automatizados são implantados em serviços públicos, sistemas de segurança e plataformas digitais, onde reproduzem essas discriminações estruturais. Apesar de brancos e negros representarem proporções quase equivalentes da população (47,3% e 50,7%, respectivamente), a população negra está desproporcionalmente concentrada nos segmentos mais economicamente vulneráveis da sociedade. Os negros constituem 70% dos 10% das classes sociais mais baixas da população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo IBGE, 2022)¹⁰. Também de acordo com o censo, em média, brasileiros pretos e pardos recebem apenas metade da renda de seus equivalentes brancos. Embora as favelas sejam habitadas tanto por brasileiros negros quanto brancos, nos bairros mais ricos do Rio de Janeiro apenas 7% dos moradores são negros. Isso significa que erros algorítmicos afetam desproporcionalmente os negros.

Em suma, sistemas de IA são treinados com dados existentes que reproduzem desigualdades históricas e hierarquias raciais. Isso acontece em todo o mundo, mas é particularmente grave no Brasil, dadas as histórias de discriminação contra populações negras. Para agravar este cenário, a discriminação algorítmica surge mesmo sem dados raciais explícitos. Os modelos de aprendizado de máquina ainda podem reproduzir vieses raciais mesmo quando

a variável raça não é utilizada de forma explícita. Por exemplo, um estudo sobre modelos de credit scoring no Brasil mostrou que: variáveis de localização e condição socioeconômica funcionam como proxies para raça e que modelos treinados com esses dados acabam discriminando indiretamente a população negra (Vilarino e Vicente, 2020)¹⁷.

b) Vigilância de/em áreas marginalizadas

Um dos campos mais documentados do impacto da IA no Brasil é o reconhecimento facial em sistemas de policiamento e vigilância e como eles afetam comunidades negras e socialmente marginalizadas. Os resultados de vários estudos mostram que falsos positivos são muito mais frequentes para pessoas negras. Além disso, em algumas implementações, cerca de 90% das prisões realizadas por meio de reconhecimento facial envolveram pessoas negras. Dessa forma, pesquisadores argumentam que tecnologias de segurança são frequentemente introduzidas sem transparência ou mecanismos adequados de responsabilização. Com isso, esses sistemas acabam por reforçar dinâmicas de perfilamento racial e a vigilância racializada em massa em bairros marginalizados (Data Privacy Brasil, 2024¹⁸; Peron et.al, 2024¹⁹; AISur, 2025²⁰)

c) Falta de diversidade nas áreas de desenvolvimento de tecnologia

Outro tema recorrente na literatura é a crise de diversidade no desenvolvimento tecnológico brasileiro. Diversos estudos apontam que as equipes de pesquisa em IA e da indústria no Brasil ainda são dominadas por profissionais brancos, urbanos e de classe média. Em contraste, pesquisadores negros e moradores de favelas e comunidades periféricas estão sub-representados no desenvolvimento e pesquisa sobre esses sistemas. Esta questão também tem implicações sérias já que a falta de diversidade no desenvolvimento e pesquisa de IA pode levar à criação de tecnologias que não levam em conta a realidade das comunidades marginalizadas, grupos racializados e populações historicamente excluídas (Internet Lab, 2024²¹; Santos, Baldassarre e Magalhaes, 2026²²; Soares Seto 2025²³; UNESCO, 2025²⁴).

d) Lacuna de governança

A inteligência artificial vem sendo implementada em um ritmo muito mais rápido do que a capacidade de supervisão regulatória consegue acompanhar. Esse cenário também se verifica no Brasil, onde um marco regulatório nacional para a IA ainda está em desenvolvimento. O Projeto de Lei (PL) 2338/2023 representa atualmente a proposta mais abrangente para regulamentação da IA no Brasil, mas ainda se encontra em tramitação e não é a lei definitiva. Entre as

principais propostas discutidas estão a adoção de regulações baseadas em risco para sistemas de alto impacto, a realização de avaliações de impacto algorítmico, a exigência de transparência no uso de IA pelo setor público e a criação de mecanismos de proteção contra decisões automatizadas discriminatórias. Diversos pesquisadores e entidades da Sociedade Civil como a Coalização Direitos na Rede (CDR)²⁵ têm argumentado que a regulação da IA no Brasil deve incorporar explicitamente princípios antirracistas e de direitos humanos, em vez de se concentrar exclusivamente na promoção da inovação e do crescimento econômico (Data Privacy, 2024²⁶; Figueira et. al. 2024²⁷). A CDR tem se organizado e participado fortemente na incidência pela regulação das IAs. A mais recente vitória foi o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei nº 15.211/25), ou ECA Digital, protagonizado pelo Instituto Alana, integrante da CDR, que trabalhava há anos para criar esse marco regulatório. O ECA Digital é um marco jurídico para atualizar a proteção de crianças e adolescentes frente aos novos desafios impostos pelo avanço das tecnologias e o ambiente digital. A nova legislação foca na responsabilidade compartilhada entre atores. Isso significa que a proteção da criança no ambiente digital é um dever dividido entre Família, Sociedade, Estado e Plataformas, reforçando o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente no ambiente on-line²⁸.

Muitos desses debates regulatórios refletem tensões entre o desenvolvimento tecnológico, as políticas de segurança pública e as demandas por justiça social (ALSUR, 2024²⁹). De modo geral, observa-se a existência de uma lacuna de governança, na qual movimentos sociais e sindicatos têm buscado participar ativamente da formulação desses marcos regulatórios, reivindicando maior inclusão e controle democrático sobre o uso de tecnologias emergentes.

Mas e a favela usando a IA?

Ainda se sabe muito pouco sobre as maneiras pelas quais a favela utiliza a IA e, em especial, a IA generativa. Essa constatação surgiu logo no início do processo de codesenvolvimento do projeto Favel IA. Percebemos que essa pergunta central poderia funcionar como um contraponto analítico para colocar em contraste - e também complementar - o que já sabemos sobre as formas pelas quais a indústria de IA e as big techs exploram comunidades marginalizadas no Sul global.

Antes de nos debruçarmos sobre esta questão, realizamos uma exploração inicial da literatura acerca do uso de IA em favelas e contextos urbanos informais. Identificamos alguns estudos que se concentram em aplicações de caráter mais técnico relacionadas ao mapeamento territorial e à análise espacial de favelas por meio de tecnologias baseadas em inteligência artificial. Um exemplo disso é a pesquisa de Liu et. al (2025)³⁰ que incorpora um procedimento de segmentação semântica para a compreensão de cenas tridimensionais (3D) de favelas, utilizando um conjunto de dados obtido por um

dispositivo de *Light Detection and Ranging – Detecção e Alcance por Luz* (LiDAR) com abordagem orientada por inteligência artificial (IA). Nuvens de pontos de alta resolução coletadas na favela do Vidigal foram utilizadas para treinar um modelo de segmentação semântica capaz de classificar sete categorias principais de objetos relevantes para a morfologia 3D de assentamentos informais, incluindo solo, vegetação, edificações, fios, rochas, postes e objetos móveis. Os autores argumentam que essa abordagem permitiu uma captura mais detalhada da complexidade espacial interna da favela, contribuindo para o planejamento orientado por dados, a avaliação de riscos e o desenvolvimento de infraestrutura mais socialmente igualitária nessas áreas. A equipe afirma que o projeto foi planejado com a participação da comunidade. No entanto, o estudo não apresenta detalhes sobre as metodologias participativas ou de co-design utilizadas.

Dessa forma, um caminho mais interessante para os objetivos deste relatório é apontado por trabalhos que discutem a relação entre IA e agência a partir da perspectiva da soberania digital popular no Sul Global e/ou através de uma perspectiva decolonial (Natale et.al., 2025³¹; Lehuedé, 2024³²). Aqui, é importante destacar que a soberania não é disputada apenas por Estados e corporações, mas também por movimentos sociais, trabalhadores e comunidades que buscam construir alternativas tecnológicas próprias. Nesse sentido, experiências vinculadas a movimentos sociais, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no Brasil, ilustram esforços de apropriação e desenvolvimento de tecnologias em favor da autonomia coletiva (Grohmann, 2025³³; Núcleo de Tecnologia do MTST, s.d³⁴). Esses trabalhos abordam a importância da agência e da autonomia de maneira geral, a partir da perspectiva do Sul Global, sendo o “Sul” (ou “mundo majoritário”) compreendido como historicamente marginalizado e resultado de estruturas de desigualdade e assimetrias de poder. No entanto, não tratam especificamente das favelas e de suas utilizações da IA.

Trabalhos que se aproximam da noção de agência - no sentido de iniciativa popular - aplicada ao uso de dados (mas não de IA, especificamente) incluem artigos publicados em um número editado por Jeppesen e Sartoretto (2026). Os textos analisam iniciativas de contra-mapeamento por grupos comunitários que se apropriam, coletam e utilizam dados para revelar e remodelar suas realidades espaciais³⁵. Nessa mesma linha, mas a partir da perspectiva de favelas em Fortaleza, o conceito de insurgência de dados utilizado por Furtado e Renski (2019) também nos parece muito útil. Os autores discutem como as comunidades podem empregar estratégias autônomas para produzir dados que contrariem o monopólio da informação que é amplamente detido pelo Estado. A pesquisa sugere que métodos alternativos de planejar, coletar e disseminar dados podem refletir melhor os valores das comunidades e fortalecer o direito delas à cidade (Furtado e Renski, 2019³⁶).

Essa perspectiva dialoga com o que, no contexto brasileiro, também vem sendo formulado como Geração Cidadã de Dados (GCD), prática consolidada desde

meados de 2017, sobretudo a partir da atuação do data_labe e de coletivos de favelas e periferias (ver tese de doutorado de Gilberto Vieira da Cruz Júnior, 2025, p. 146). Esses coletivos se apropriam criticamente do conceito de citizen-generated data para desenvolver metodologias próprias de produção de conhecimento. Nesse deslocamento, a geração de dados deixa de ser apenas uma ferramenta técnica associada à ciência cidadã institucional e passa a constituir uma forma de ativismo situado, por meio da qual comunidades produzem informações para enfrentar o colonialismo de dados, denunciar desigualdades e afirmar suas próprias narrativas sobre o território³⁷.

Na Wikifavelas, plataforma wiki agregadora de conhecimento periférico, esta perspectiva também se faz presente. Nela, pesquisadores destacam que vários verbetes tratam da tecnologia como questão política. Por um lado, a IA nas favelas representa mais um instrumento de controle, estando relacionada aos debates sobre vigilância e racismo algoritmo, como já demonstramos anteriormente. Por outro, pode ser também uma ferramenta de resistência e autonomia social com oportunidades para o letramento digital e a produção comunitária de dados (De Souza, De Faria e Conceição, 2025³⁸).

⁸ Valladares, L. P. (2000). *A Gênese da Favela Carioca: A Produção Anterior às Ciências Sociais*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5(44): 5-34.

⁹ Ventura, Z. (1994). *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras.

¹⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022). *Panorama do Censo 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=BR>. Acesso em: 6 abr. 2026.

¹¹ Nascimento, K. (2020). Instituto de Segurança Pública divulga dados de abril. Instituto de Segurança Pública, Notícias, 26/05/2020. <http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=438> (accessed 16/11/2021).

¹² Souza, F. (2024). *Polícia Matou mais de 17 Pessoas por Dia no Brasil, Doz Estudo*. CNN Brasil. https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/policia-matou-mais-de-17-pessoas-por-dia-no-brasil-em-2024-diz-estudo/?utm_source=chatgpt.com

¹³ Phillips, T. (2025). *Brazil to Seek Independent Inquiry into Deadly Police Raid that Killed 121 people*. *The Guardian*, 4 November 2025.

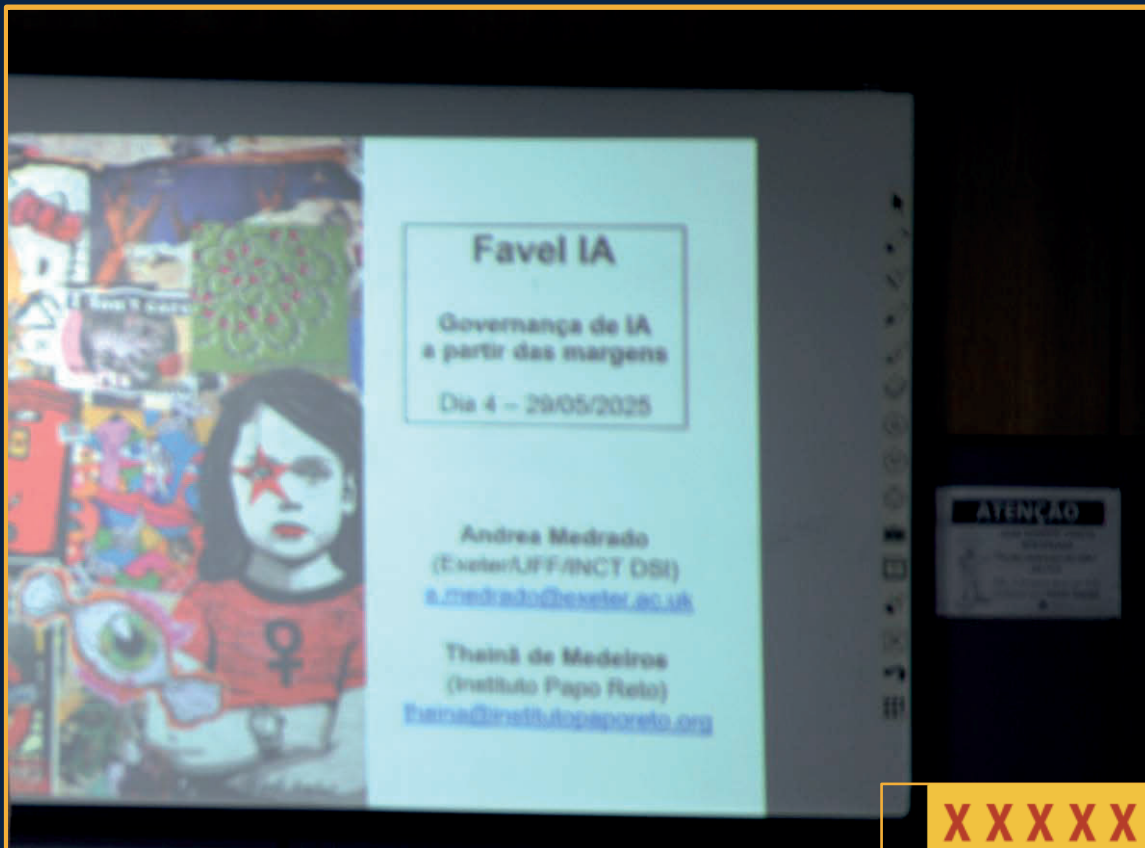
¹⁴ Human Rights Watch (2025). *Brazil: Serious Investigative Failures in Deadly Rio Raid, 31 October 2025*. <https://www.hrw.org/news/2025/10/31/brazil-serious-investigative-failures-in-deadly-rio-raid> (accessed 09 December 2025).

¹⁵ Data Favela, 2023. *Relatório Raio X da Vida Real*. <https://datafavela.com.br/wp-content/uploads/2025/11/DATAFAVELA-Raio-X-da-Vida-Real-v10.pdf>

¹⁶ Ver, por exemplo - Silva, T., & Rodrigues Silva, F. (2024). *Artificial Intelligence and Racial Discrimination in Brazil: Key Issues and Recommendations*. IRIS-BH. <https://irisbh.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Artificial-Intelligence-and-Racial-Discrimination-in-Brazil-key-issues-and-recommendations.pdf> / InternetLab. (2024). *Report on Artificial Intelligence and Racial Discrimination*. InternetLab. PDF: https://internetlab.org.br/wp-content/uploads/2024/04/2024_report-on-artificial-intelligence-AI-and-racial-discrimination-1.pdf

¹⁷ Vilarino, R., & Vicente, R. (2020). *An experiment on the mechanisms of racial bias in ML-based credit scoring in Brazil*. PDF: <https://arxiv.org/pdf/2011.09865>

- ¹⁸ Data Privacy Brasil & partners. (2024). *Key Themes in AI Regulation: Anti-racism and Anti-discrimination in Brazil*. PDF: <https://www.dataprivacybr.org/wp-content/uploads/2024/05/position-paper-AI-ENG-Final.pdf>
- ¹⁹ Peron, A., et al. (2024). *Beyond Instrumentarianism: Automated Facial Recognition and Policing in Brazil*. PDF: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/09717218241281819>
- ²⁰ Ibarreche, X., Martinez Elebi, C. and Di Lorenzo. (2025). *Facial Recognition and Surveillance Technologies in Latin America: Cases, Providers and Commercial Dynamics*. <https://www.alsur.lat/sites/default/files/2025-08/Facial%20recognition%20and%20surveillance.pdf>
- ²¹ InternetLab. (2024). *Report on Artificial Intelligence and Racial Discrimination*. InternetLab. PDF: https://internetlab.org.br/wp-content/uploads/2024/04/2024_report-on-artificial-intelligence-AI-and-racial-discrimination-1.pdf
- ²² Santos, R., Baldassarre and Magalhaes, C. (2026). *The Role of Team Diversity in AI Systems Development*. arXiv:2603.07749. <https://arxiv.org/abs/2603.07749>
- ²³ Soares Seto, K. (2025). *AI From the South: artificial intelligence in Latin America through the sociotechnical imaginaries of Brazilian tech workers*. *Globalizations*, 1–16. <https://doi.org/10.1080/14747731.2025.2465166>
- ²⁴ UNESCO (2025). *Brazil: readiness assessment report on artificial intelligence*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393091>
- ²⁵ CDR - <https://direitosnarede.org.br/>
- ²⁶ Data Privacy Brasil & partners. (2024). *Key Themes in AI Regulation: Anti-racism and Anti-discrimination in Brazil*. PDF: <https://www.dataprivacybr.org/wp-content/uploads/2024/05/position-paper-AI-ENG-Final.pdf>
- ²⁷ Figueira, H. M. A., Garrote, M. G., & Zanatta, R. A. F. (2024). *Regulating Artificial Intelligence in Brazil: The contributions of critical social theory to rethink principles*. PDF: <https://techreg.org/article/download/13251/version/13252/20855/42456>
- ²⁸ Ver mais em <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/sedigi/eca-digital/eca-digital-1>
- ²⁹ ALSUR. (2024). *The Regulatory Pathways for AI in Latin America*. <https://www.alsur.lat/sites/default/files/2024-10/ALSUR%20%20IA%20en%20Latam%20%5BENG%5D-1.pdf>
- ³⁰ Liu, C., Jang, K.M., Dimitrov, S. et al. *Unveiling the internal structures of informal settlements through AI-driven automated segmentation of LiDAR data*. *npj Urban Sustainability* 5, 108 (2025). <https://doi.org/10.1038/s42949-025-00295-9>
- ³¹ Natale, S., Biggio, F., Guzman, A. L., Ricaurte, P., Downey, J., Fassone, R., Keightley, E., & Ji, D. (2025). *AI, agency, and power geometries*. *Media, Culture & Society*, 47(5), 1057-1073. <https://doi.org/10.1177/01634437251328207>
- ³² Lehuedé, S. (2024). *An alternative planetary future? Digital sovereignty frameworks and the decolonial option*. *Big Data & Society*, 11(1), p. 1-13
- ³³ Grohmann, R. (2025). *Latin American Critical Data Studies*. *Big Data & Society* April–June: p.1–9.
- ³⁴ MTST, s.d. *O MTST e a Luta pela Soberania Digital: Uma Cartilha pela Luta pela Soberania Tecnológica e a Luta Por Direitos* <https://www.nucleodetecnologia.com.br/cartilha>
- ³⁵ Jeppesen, S. e Sartoretto, P. (2026). *Counter Data Mapping as Communicative Practices of Resistance*. *Media and Communication* vol 14. <https://doi.org/10.17645/mac.11980>
- ³⁶ Furtado, L. E Renski, H. (2019). *Insurgent Data Building by Informal Settlement*. V19, semester 2. <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=4&lang=en>
- ³⁷ Cruz Júnior, Gilberto Vieira da. (2025). *Dados Sobre Quem Importa: Ativismo Tecnopolítico nas Favelas do Brasil*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. <https://arquivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/download/5694D682-73DF-4CCC-9102-22AAE7D9F4D2.pdf>
- ³⁸ De Souza, L. V. R., De Faria, C. P e Conceição, W. *Wikifavelas: Uma autoanálise para a soberania tecnológica*. *Outras Palavras*. <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/wikifavelas-uma-autoanalise-para-a-soberania-tecnologica>



XXXXX

*NO FAVEL IA,
FOI POSSÍVEL
SEGUIR MAIS A
FILOSOFIA DO
“NÓS POR NÓS”*

**PESQUISA AÇÃO
PARTICIPANTE (PAP):
REVISITANDO AS TRADIÇÕES
LATINO-AMERICANAS DE
PESQUISA MILITANTE**

Pesquisa Ação Participante (PAP): Revisitando as tradições latino-americanas de pesquisa militante

Muito se fala sobre a IA como inteligência aplicada ao encontro de soluções rápidas e eficientes para problemas sociais, econômicos e ambientais. Quando questionamos: “mas e o altíssimo custo ambiental dos data centers?”, “e a exploração do trabalho mal remunerado e recursos naturais pelas big techs?”, “e as desigualdades e preconceitos contidos nos dados que treinam os modelos?”, as respostas são muitas vezes parecidas. Essas respostas passam pelo raciocínio de que a IA representa um futuro inevitável, uma espécie de caminho sem volta. Dessa forma, só nos resta aceitar o avanço da IA, custe o que custar. Só nos resta dedicar energia e tempo para analisar como a IA poderia ser melhor, servindo ao bem social. Será mesmo? E se ao invés de apenas nos concentrarmos na IA como futuro inevitável, revisitarmos o nosso passado recente, nas décadas de 70 e 80, quando estudiosos latino-americanos estavam desenvolvendo metodologias politicamente progressistas para formular perguntas críticas relacionadas ao poder, à justiça e à igualdade? Perguntas que nos parecem mais relevantes do que nunca diante do cenário do desenvolvimento da IA.

Partindo dessa provocação, realizamos um projeto piloto na University of Westminster em que reunimos estudantes de graduação, pós graduação, ativistas tecnológicos e profissionais de mídias digitais para analisar o que entendíamos como IA para o bem comum. E o bem comum seria para quem mesmo? (Medrado e Verdegem 2024^{a39}; Medrado e Verdegem, 2024^{b40}; Medrado e Verdegem 2024^{c41}). Para isso, utilizamos como inspiração a abordagem da Pesquisa Ação Participativa, inspirada por autores como o pedagogo Paulo Freire (1972⁴²; 1995⁴³) e o sociologista colombiano Orlando Fals Borda (1987⁴⁴; 2003⁴⁵).

A partir de uma perspectiva mais ampla do Sul Global, a PAP surgiu em diferentes regiões do mundo como uma resposta às abordagens desenvolvimentistas de cima para baixo. Ao contrário da tradição norte-americana de pesquisa-ação (PA) (Whyte, 1994⁴⁶), estas vertentes da PAP estão ligadas à necessidade de novas metodologias de pesquisa para responder às necessidades dos movimentos sociais do século XX, em particular a reforma agrária e a luta anticolonial. A PAP foi desenvolvida simultaneamente em vários países, como Tanzânia, Índia, Brasil, Chile e Colômbia (Rahman, 2006⁴⁷; Vio Grossi, 1982⁴⁸).

Apesar das diferenças contextuais, evoluiu através de processos ascendentes (de baixo para cima) codesenvolvidos com grupos marginalizados. Na América Latina, a PAP representa uma tentativa de combinar teoria e prática para enfrentar realidades sociais desiguais. Uma de suas características essenciais é a rejeição às assimetrias, que muitas vezes integram os paradigmas de dependência e os processos de pesquisa. Para a PAP, não há distinções entre sujeitos e objetos de pesquisa - todos os participantes são sujeitos ativos do conhecimento. Quando pesquisas sobre IA participativa, por exemplo, apontam para a necessidade de tratar todos os atores envolvidos como parceiros iguais e igualitários, demonstrando compromisso com o que Freire chama de pedagogia crítica. O objetivo dessa abordagem é desafiar a forma bancária de construção do conhecimento em que os alunos (ou os pesquisados) são considerados folhas em branco a serem preenchidas pelos professores (ou pelos pesquisadores).

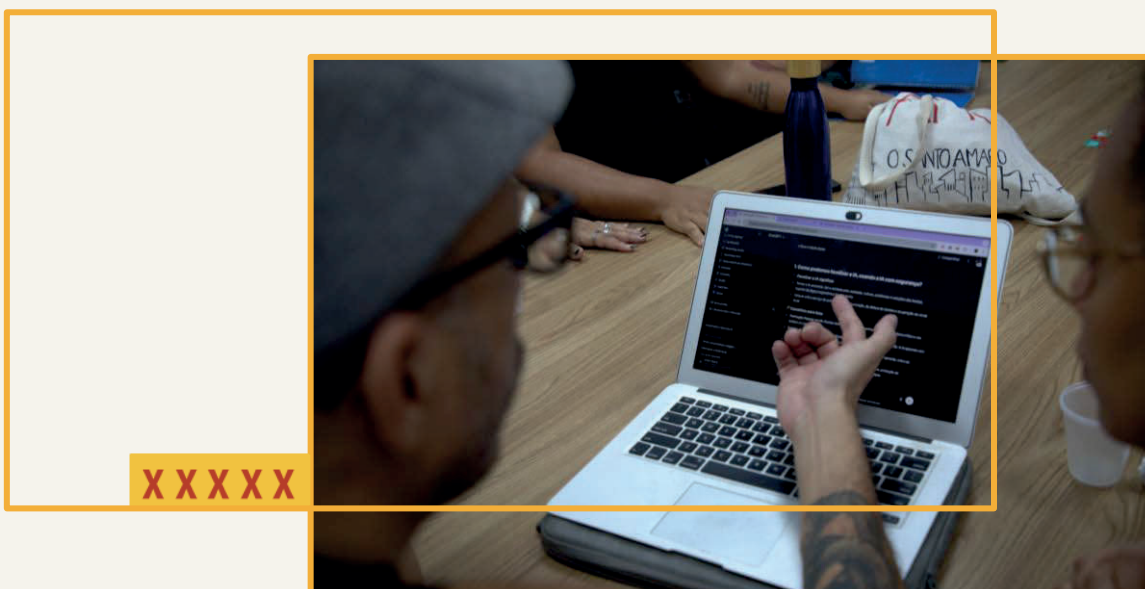
Além disso, autores como Fals Borda (2003) têm questionado as distinções entre “fazer”, “pensar” e “sentir” (ou mãos, cérebros e corações) na construção do conhecimento. O autor desenvolveu ideias em torno de abordagens sentipensantes (sentir-pensar). Derivada da combinação das palavras em espanhol *sentimiento* e *pensamiento*, sentipensante refere-se a combinar a mente com o coração para guiar a jornada no caminho certo, enfrentando seus muitos contratempos (Fals Borda, 2003, p. 9⁴⁹). Este é um apelo para que uma abordagem diferente seja adotada por pesquisadores, educadores, ativistas e intelectuais. Uma abordagem que se opõe diretamente à atitude fria e supostamente neutra do cientista eurocêntrico positivista. Desta forma, o conhecimento não é obtido só através do fazer, nem em oposição ao pensar, nem em oposição ao sentir. Todos os conhecimentos são sentipensantes. Todos podem ser adquiridos por meio de diálogos respeitosos e empáticos.

Uma dimensão central do diálogo na Pesquisa-Ação Participativa é que o respeito entre pesquisadores e coparticipantes não se constrói apenas por meio da escuta atenta. Claro, um diálogo horizontal, sem hierarquias é excelente para começo de conversa. Mas além disso, deve haver sobretudo a vontade e possibilidade de que os próprios coparticipantes possam conduzir a conversa, definir seus rumos, pautar as questões consideradas mais relevantes. Esse princípio foi essencial para o projeto Favel IA. No projeto piloto anterior ao Favel IA, “AI for Social Good?” (“IA para o Bem Comum?”), embora tenhamos sido inspirados pela PAP, a necessidade de nos enquadrarmos às exigências de um edital de uma universidade inglesa exigia a definição prévia de uma agenda e de um problema de pesquisa desde o início.

Já no Favel IA, foi possível seguir mais a filosofia do “nós por nós”, central para o trabalho dos mediativistas de favela com quem colaboramos, em especial o Instituto Papo Reto (IPR). Nesse contexto, integrantes do IPR foram autores do problema de pesquisa que orientaria o projeto. Com a pesquisa sendo financiada pelo INCT-DSI, foi possível manter uma agenda relativamente aberta, o que nos ajudou a formular uma questão simples, porém fundamental: sabemos

muito sobre as críticas à inteligência artificial como tecnologia extrativa e exploratória. Em outras palavras, sabemos *como a IA usa a favela*. Mas *como a favela usa a IA?* O presente projeto oferece respostas ainda iniciais e exploratórias a essa pergunta, que orienta todo este relatório.

Antes de avançarmos nesta questão, esclarecemos que a IA a qual estamos nos referindo de forma predominante é a IA generativa. Assim, apresentamos aqui uma breve definição de IA generativa como referência conceitual para que possamos situar o uso do termo ao longo do documento. De modo simples, a inteligência artificial generativa se refere a um conjunto de algoritmos e modelos de IA capazes de produzir novos conteúdos, incluindo textos, imagens, vídeos e estratégias de resolução de problemas (He, Cao and Tan, 2025⁵⁰).



Tendo apresentado uma explicação da abordagem metodológica, vamos agora fornecer informações sobre aspectos práticos sobre o recrutamento dos participantes e a organização das oficinas. Os participantes (total = 21) foram recrutados por Thainã de Medeiros do Instituto Papo Reto. As favelas representadas incluíram Alemão, Maré, Penha, Santo Amaro e 94 em Niterói. A pesquisadora Monique Paulla também atuou como coorganizadora das oficinas, convidando lideranças comunitárias da comunidade 94 em Niterói. Além disso, os programas de pós graduação em Mídia e Cotidiano (PPMGC) e Comunicação (PPGCOM) da UFF abriram inscrição para sete participantes, dando prioridade a estudantes que fossem crias de favelas. No momento da organização das oficinas, os participantes tinham idades entre 24 e 55 anos, incluindo pessoas pretas, brancas, pardas e indígenas⁵¹. Em termos de gênero, a maioria se identifica como cisgênero, havendo também duas pessoas transgênero (uma mulher trans e um homem trans). As profissões são variadas e incluem áreas como cuidado, educação, saúde, comunicação, pesquisa, assistência social, direito e administração, configurando um perfil plural, com forte presença de atuação social, acadêmica e comunitária. O quadro abaixo apresenta os dados demográficos dos participantes. Para preservar as identidades dos participantes, por questões de ética de pesquisa, os nomes especificados são pseudônimos.

QUADRO 1

Perfil dos participantes

Dados demográficos dos coparticipantes das oficinas

PARTICIPANTES

21

FAIXA ETÁRIA

24–55

PERFIL

Plural e
multidisciplinar

Nome	Idade	Profissão	Cor ou raça	Gênero
Alana	39	Professora de Apoio Especializado	Preta	Cisgênero
Alex	26	Advogado	Preta	Transgênero
Anita	49	Cuidadora de idosos	Preta	Cisgênero
Claudia	55	Professora	Branca	Cisgênero
Elisa	46	Pesquisadora	Branca	Cisgênero
Fernanda	44	Professora	Preta	Cisgênero
Isadora	44	Designer	Parda	Cisgênero
Jéssica	48	Agente comunitária de saúde	Preta	Cisgênero
Joana	49	Cuidadora de idosos	Branca	Cisgênero
Katia	26	Assistente social	Parda	Cisgênero
Leonardo	30	Administrador	Indígena	Cisgênero
Luciano	32	Estudante	Branca	Cisgênero
Madalena	35	Jornalista / doutoranda	Branca	Cisgênero
Marina	34	Pesquisadora	Branca	Cisgênero
Mirela	38	Relações Públicas	Preta	Cisgênero
Pedro	32	Coordenador de comunicação	Branco	Cisgênero
Rogério	31	Pesquisador	Branca	Cisgênero
Ronaldo	31	Pesquisador	Branca	Cisgênero
Thiago	42	Ativista	Parda	Cisgênero
Vinícius	24	Comunicação	Branca	Cisgênero
Zara	25	Pesquisadora e Articuladora Política	Preta	Transgênero

Os nomes apresentados são pseudônimos, por motivos éticos de pesquisa.

Articuladas pelo Instituto Papo Reto, a Universidade de Exeter e o INCT-DSI, as oficinas foram realizadas em duas rodadas na Universidade Federal Fluminense. A primeira rodada ocorreu entre os dias 26 e 30 de maio de 2025 com todos os integrantes presentes. Ao longo dos cinco dias, as oficinas se desenvolveram a partir das seguintes temáticas:

Dia 1) Meu dia com a IA:

Os participantes foram convidados a relatar como a IA está presente em seu cotidiano, a partir de uma história, poesia ou imagem. Realizamos uma grande roda de conversa com compartilhamento dessas histórias. Os condutores da oficina, Andrea Medrado, Thainã de Medeiros e Monique Paulla utilizaram slides para guiar a conversa.



Meu dia com a IA

- Produza alguma coisa para compartilhar com o grupo um momento de seu dia (hoje ou outro dia) interagindo com a IA
- Pode ser uma poesia ou história que você vai contar
- Pode ser uma imagem - desenho, foto, print do celular, colagem, vídeo

Alguma coisa que conte sobre um dia típico de sua vida com a IA


Vamos compartilhar e fazer exercício de empatia amanhã

Figura 1: Exercício Meu dia com IA utilizado no primeiro dia das oficinas

Dia 2) Empatia e vivência:

Recapitulamos as histórias de “meu dia com a IA” contadas no dia anterior. Perguntamos aos participantes: com qual história você empatiza? E por que? E partir desse exercício coletivo de empatia, fomos discutindo: a) como desigualdades estruturais atravessam a relação com tecnologias; b) como a empatia pode operar como prática política transformadora; c) que perguntas-chave esses exercícios geravam. Por exemplo, uma das histórias foi sobre como uma das participantes tinha escrito um relato de desabafo e postado na internet. Esse relato gerou comentários maldosos de pessoas que achavam que um texto “*tão bem escrito jamais poderia ter sido escrito por uma favelada*”. Diversos participantes se identificaram com o relato, o que gerou questões so-

bre o tom de escrita da IA e que oportunidades e dificuldades essas ferramentas trazem para moradores de favelas (ver a pergunta 3 da lista de perguntas produzidas no terceiro dia). É importante destacar que a reação inicial de alguns participantes com relação à palavra “empatia” foi de desconforto. Como disse um participante, *“toda vez que ouço a palavra “empatia”, ela vem de alguém de classe média ou alta, querendo se sentir bem com ele mesmo por fazer alguma boa ação. Já os moradores de favela que se mobilizam todos os dias em solidariedade uns aos outros, nunca levam o crédito”*. (Pedro, coordenador de comunicação, 32 anos, 17 nov 2025). Dessa forma, foi importante situar a “empatia” em um contexto Freireano, em um sentido mais político, de tomar partido dos oprimidos.



**Meu dia com a IA
(exercitando empatia)**

Vamos voltar às contribuições do Meu dia com IA.

Individualmente - Identifique uma contribuição que desperta sua empatia. Por que? Como esta contribuição pode despertar um processo de conscientização em você?

Em grupo – Com base nessa troca, vamos criar uma lista coletiva de problemas e questões.

Figura 2: Exercício de empatia utilizado no segundo dia das oficinas

Dia 3) Reformulando a IA

De forma coletiva, construímos uma lista de problemas relacionados à IA. A proposta era criar uma lista com três problemas principais. Porém, os participantes decidiram trabalhar em uma lista mais ampla, com doze questões, já que julgavam todas elas questões essenciais. Assim dividimos o grupo mais amplo em quatro grupos menores e cada grupo ficou responsável por responder três questões (ver lista abaixo). Os participantes utilizaram ferramentas de IA generativa (Chat GPT, Gemini e Deep Seek) para responder as questões. Depois, fizemos uma discussão coletiva na qual analisamos, criticamos e reformulamos as diferentes respostas dadas pelas ferramentas de IA.

QUESTÕES TRABALHADAS COLETIVAMENTE

- 1 Será que a gente pode não querer usar/recusar IA? Quem tem esse direito de recusar?
- 2 Será que nossos trabalhos serão substituídos pela IA?
- 3 Quais são os impactos da IA para a criatividade e habilidade de escrita? Possibilidades? Perigos? Estamos perdendo a voz em favor de um texto genérico, sem alma?
- 4 De que forma a IA impacta nossa agência e autonomia humana?
- 5 Quais são as tensões entre a IA como instrumento para facilitar a vida ou ampliar o controle e a vigilância?
- 6 Até onde as IAs estão ampliando o poço das desigualdades? Refletir sobre questões de acesso, lucro, habilidade de usar e desigualdades estruturais, incluindo questões geracionais e de gênero.
- 7 Qual a IA que vai chegar na favela? No terreiro? Quais são as consequências?
- 8 Como a IA vai interferir na tradição da minha comunidade?
- 9 De que maneira a IA altera noções do que é real e do que é falso? E quais são as implicações disso?
- 10 Como podemos favelizar a IA, usando a IA com segurança?
- 11 Quais são os perigos da IA como instrumento de diagnóstico de saúde física e mental?
- 12 Quais são as relações entre os avanços de tecnologias de IA e os avanços da extrema direita?

ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS

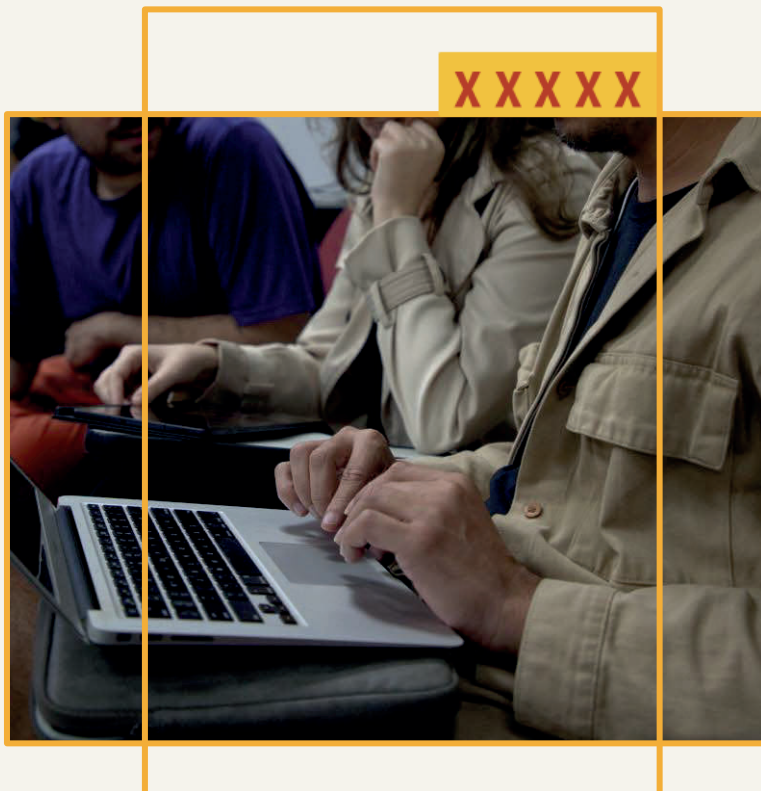
Grupo 1 — perguntas 1, 2 e 3

Grupo 2 — perguntas 4, 5 e 6

Grupo 3 — perguntas 7, 8 e 9

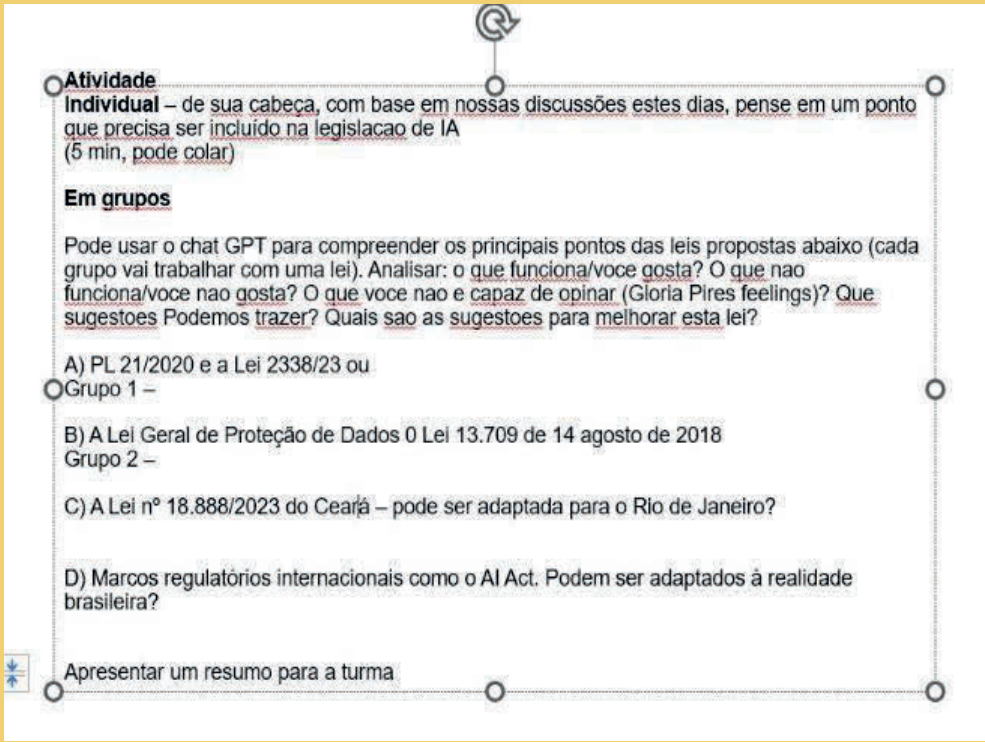
Grupo 4 — perguntas 9, 10, 11 e 12

* cada grupo tinha 5 ou 6 participantes



Dia 4) Governança de IA a partir das margens:

Neste dia foi apresentado um panorama da regulamentação da IA no Brasil e em outros contextos internacionais, incluindo o AI Act da União Europeia. Como fizemos no terceiro dia, organizamos os participantes em grupos menores. Cada grupo ficou responsável por analisar legislações específicas, elaborando críticas e sugestões. Os grupos também puderam utilizar Chat GPT, Deep Seek e/ou Gemini para facilitar a compreensão das legislações, portanto que também analisassem e criticassem as limitações das ferramentas.



Atividade
Individual – de sua cabeça, com base em nossas discussões estes dias, pense em um ponto que precisa ser incluído na legislação de IA (5 min, pode colar)

Em grupos
 Pode usar o chat GPT para compreender os principais pontos das leis propostas abaixo (cada grupo vai trabalhar com uma lei). Analisar: o que funciona/voce gosta? O que não funciona/voce não gosta? O que você não é capaz de opinar (Gloria Pires feelings)? Que sugestões Podemos trazer? Quais são as sugestões para melhorar esta lei?

A) PL 21/2020 e a Lei 2338/23 ou
 Grupo 1 –

B) A Lei Geral de Proteção de Dados 0 Lei 13.709 de 14 agosto de 2018
 Grupo 2 –

C) A Lei nº 18.888/2023 do Ceará – pode ser adaptada para o Rio de Janeiro?

D) Marcos regulatórios internacionais como o AI Act. Podem ser adaptados à realidade brasileira?

Apresentar um resumo para a turma

Figura 3: Atividade realizada no quarto dia das oficinas

Dia 5) Que IA queremos?

O último dia foi dedicado à formulação de princípios e propostas para os legisladores. Iniciou-se a elaboração de um documento coletivo, aprofundado posteriormente na segunda rodada.

A segunda rodada tinha como datas previstas os dias 27 e 28 de outubro de 2025. Entretanto, esta rodada foi impactada por uma operação policial de grande escala e violência no Complexo do Alemão e na Penha no dia 28 de outubro. A operação foi considerada uma das mais letais da história recente do Rio de Janeiro, com mais de 120 mortos, inviabilizando a realização da atividade naquele dia. Deste modo, o segundo encontro foi remarcado para 17 de novembro de 2025, com participação híbrida, incluindo conexão remota da co-organizadora do projeto, a professora Andrea Medrado.



É importante destacar que a primeira rodada também ocorreu em um contexto de violência, pois foi realizada na semana anterior a uma operação policial na favela Santo Amaro, durante uma festa junina, no dia 7 de junho, que resultou na morte do jovem Herus Guimarães e deixou outras cinco pessoas feridas. Esta realidade de violência e instabilidade atravessou as discussões sobre tecnologia, segurança, desigualdade e governança ao longo das oficinas.

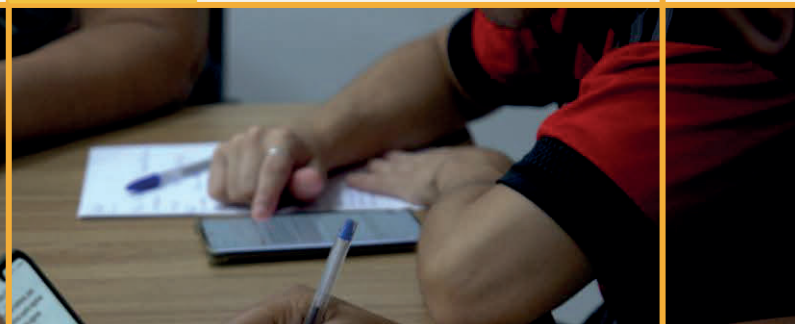
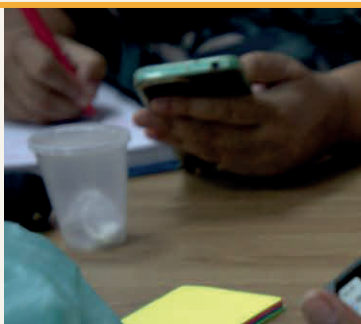
Nesse contexto, a segunda rodada deu continuidade ao processo iniciado em maio, agora com foco no aprofundamento das proposições coletivas. No primeiro dia, retomaram-se as discussões anteriores, incluindo a questão orientadora sobre como a favela usa a IA. A partir dessa reflexão, avançou-se na elaboração da proposta conceitual direcionada a legisladores. Foram discutidos:

- 1) Os pilares que traduzem os valores da favela a serem considerados pelas big techs;
- 2) Áreas-problema e demandas prioritárias, como segurança, saúde mental, meio ambiente, desinformação;
- 3) Que tipo de IA funcionaria para a favela;

4) Experiências de ativismo que contribuem para o desenvolvimento tecnológico com mais justiça social. No segundo dia, foram realizadas as apresentações e consolidação das propostas que compõem este relatório.

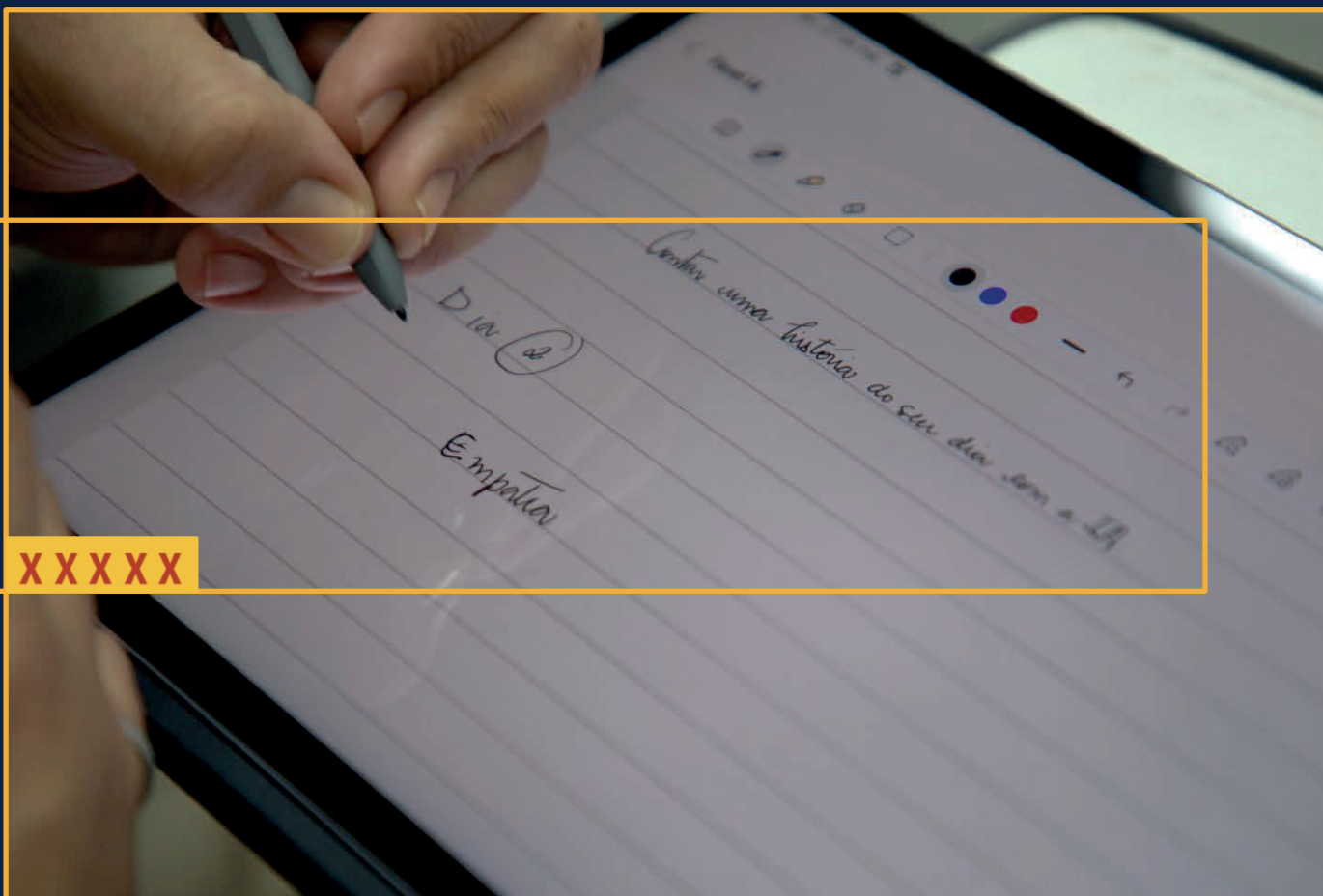
Ao longo de todo esse processo, incluindo as duas rodadas de oficinas, a interação entre lideranças comunitárias, midiativistas e pesquisadores favoreceu a integração de perspectivas distintas e a consolidação do Favel IA como construção coletiva, refletida na formulação conjunta das propostas que compõem este relatório.

XXXXX



- ³⁹ Medrado, A., & Verdegem, P. (2024). *Participatory action research in critical data studies: Interrogating AI from a South–North approach*. *Big Data & Society*, 11(1). <https://doi.org/10.1177/20539517241235869>
- ⁴⁰ Medrado, A. and Verdegem, P. (2024). *AI for Social Good? Inspirations from Participatory Action Research (PAR) to Critical Data Studies*. London University of Westminster. <https://westminsterresearch.westminster.ac.uk/item/w3050/ai-for-social-good-inspirations-from-participatory-action-research-par-to-critical-data-studies>
- ⁴¹ Medrado, A. and Verdegem, P. (2024), *Pesquisa-Ação Participativa em Estudos Críticos de Dados: Analisando IA a partir de uma Abordagem Sul-Norte*. *Revista Mídia e Cotidiano*, 18(2), 109-139. <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/63054/36923>
- ⁴² Freire, P. (1972). *Pedagogy of the oppressed (Pedagogia do oprimido)*. New York: Continuum.
- ⁴³ Freire, P.; Macedo, D. (1995). *A Dialogue: Culture, language, and race*. *Harvard Educational Review*, 65(3), 379-390.
- ⁴⁴ Fals Borda, O. (1987). *The application of participatory action-research in Latin America*. *International Sociology*, 2(4), 329-347.
- ⁴⁵ Fals Borda, O. (2003). *Ante la crisis del país: Ideas acción para el cambio*. 1ª ed. Bogotá: Panamericana.
- ⁴⁶ Whyte, W. (1994). *Participant observer: An autobiography*. Ithaca, NY: ILR Press.
- ⁴⁷ Rahman, A. (2006). *Roots of action research and self-reliance thinking in Rabindranath Tagore*. *Action Research*, 4, 231-245.
- ⁴⁸ Vio Grossi, F. (1982). *Peasant participation, adult education, and agrarian reform in Chile*. In: Hall, B.; Gillette, A.; Tandon, R. (Eds.). *Creating knowledge: A monopoly* (pp. 153–174). Nova Deli, Índia: Society for Participatory Research in Asia.
- ⁴⁹ Fals Borda, O. (2003). *Ante la crisis del país: Ideas acción para el cambio*. 1ª ed. Bogotá: Panamericana.
- ⁵⁰ He R, Cao J, Tan T. (2025). *Generative artificial intelligence: a historical perspective*. *National Science Review*. Feb 21; 12(5), p. 1-15. <https://doi.org/10.1093/nsr/nwaf050>
- ⁵¹ *Seguimos a classificação do IBGE e pedimos que os participantes se auto identificassem.*

QUAIS SÃO OS PILARES QUE TRADUZEM OS PRINCIPAIS VALORES DA FAVELA QUE AS BIG TECHS E GOVERNOS DEVERIAM TER EM MENTE?



Quais são os pilares que traduzem os principais valores da favela que as big techs e governos deveriam ter em mente?

Quanto mais olhamos para a favela com um olhar próximo, criado e construído em conjunto com as crias de favela, mais nos distanciamos de uma leitura da favela como “território da carência”. Falar de favela é falar não só do que falta, embora a gente reconheça que sim, o estado está em falta com a favelas no que diz respeito à garantir a direitos e serviços. Mas é importante falar também da favela como **território de humanidade plena**, em que todos trabalham, pagam seus impostos e participam de uma rotina de cuidado e inteligência cotidiana.

Discutir inteligência artificial na favela sem que haja uma garantia de acesso à internet, dispositivos e processos de alfabetização digital revela uma grande contradição. A ausência de infraestrutura transforma a tecnologia em mais um vetor de desigualdade, ao invés de instrumento de ampliação de direitos.

Muitas vezes a gente não tem acesso a internet de boa qualidade. A gente fica muito a mercê de quando consegue acessar a internet. Quem perde é a comunidade.

Jessica
Agente comunitária de saúde, 48 anos, 17 nov 2025

Também queremos reafirmar que a favela não é um espaço homogêneo de exclusão, A favela é um território vivo, composto por trabalhadores, estudantes universitários, famílias, idosos e crianças, que produzem sociabilidade, cuidado e estratégias de sobrevivência cotidianas. A lógica do “cara a cara” aparece como elemento estruturante da vida na favela, não apenas como forma de sociabilidade, mas também como nossa estratégia de sobrevivência diante da ausência histórica do Estado. Esse reconhecimento direto do vizinho, de quem está perto, mediado pela presença física, pela memória e pelo vínculo territorial, é um elemento que não pode ser capturado por sistemas automatizados ou por bancos de dados formais. Essa ideia é comunicada na fala a seguir.

Na minha comunidade falaram que eu estou parecendo uma IA, porque tudo que pensam sobre todas as crianças da comunidade eu sei responder. Eu conheço todas, sei o tamanho de roupa, tudo. A gente nunca vai conseguir colocar nossas crianças todas numa planilha. A não ser que tenha uma pessoa ali por trás incluindo estes dados! A IA nunca vai conseguir pegar as coisas dos crias, o nosso banco de dados na cabeça.

Joana

Líder comunitária e cuidadora, 49 anos, 17 nov 2025

Nos debates, conversamos muito sobre o conceito de “cria de favela” como um tipo específico de capital. Renata Souza, nascida e criada na Favela da Maré, deputada estadual pelo Rio de Janeiro e pesquisadora, afirma que: “ter moral de cria de favela é mais do que se identificar como favelado e morar na própria favela, é estar inserido na dinâmica da favela, seja em ações políticas e culturais, seja nos debates que mexem diretamente com a vida na favela” (Souza, 2018, p. 63⁵²; Medrado e Rega, 2023, p. 42⁵³).

Já Thainã de Medeiros define ser cria de favela como “capital geográfico”: um conjunto de saberes práticos, relacionais e territoriais que só pode ser adquirido pela vivência cotidiana no espaço da favela. Esse capital inclui o conhecimento das vielas, das rotas seguras, das redes de ajuda, dos fluxos de água, luz, cuidado e proteção. Dessa forma, cada um(a) da(o)s crias representa um banco de dados vivo, armazenado na memória coletiva e individual, impossível de ser integralmente traduzido em planilhas ou modelos de aprendizado de máquina.

As falas reforçam que a lógica do “nós por nós” constitui uma verdadeira tecnologia social da favela. Trata-se de uma forma de organização baseada na oralidade, na empatia e no reconhecimento mútuo, que assegura a continuidade da vida em contextos marcados pela violência estrutural e pela ausência de políticas públicas. São valores entendidos como extremamente humanos, não automatizáveis. A coletividade conta muito: “A favela só funciona porque ninguém está sozinho. A tecnologia precisa acompanhar esse ritmo” (Fernanda, professora, 44 anos, 17 nov 2025).

A IA nunca vai conseguir pegar a nossa oralidade e este nós por nós. A gente está sempre condicionado ao lugar da sobrevivência. É um dialeto próprio, e isso muda de favela pra favela, de estado pra estado, de região pra região do Brasil. Nós enxergamos nosso corpo como pertencente a este território e a internet não vê isso.

Zara

Pesquisadora e ativista, 25 anos, 17 nov 2025

Em nossos debates a IA aparece menos como solução e mais como ferramenta, tratada de forma pragmática. Alguns participantes relatam o uso da IA como apoio prático, por exemplo, na mediação de linguagens formais exigidas em contextos institucionais, como a escrita de e-mails, sem que isso implique uma substituição dos saberes locais. A ideia é de que qualquer tecnologia que chegue ao território precisa **agregar**, e não desorganizar ou violentar formas de vida já existentes. “A favela não sobrevive sem vínculo. Big tech e governo precisam olhar para isso como política pública, não como detalhe emocional” (Fernanda, professora, 44 anos, 17 nov 2025).

Nós não precisamos ser salvos, então precisa ser algo que agregue e adicione nas nossas formas de viver que já são muito nossas. As periferias organizam um saber humano que a gente não encontra na pista, que é o reconhecimento da nossa própria humanidade. O Estado chega no nosso território pra matar e destruir direitos. A gente na favela sabe que é nós por nós. Esta tecnologia da resistência assegura a nossa própria humanidade; isso está em um bom dia, um boa tarde, a gente pela gente.

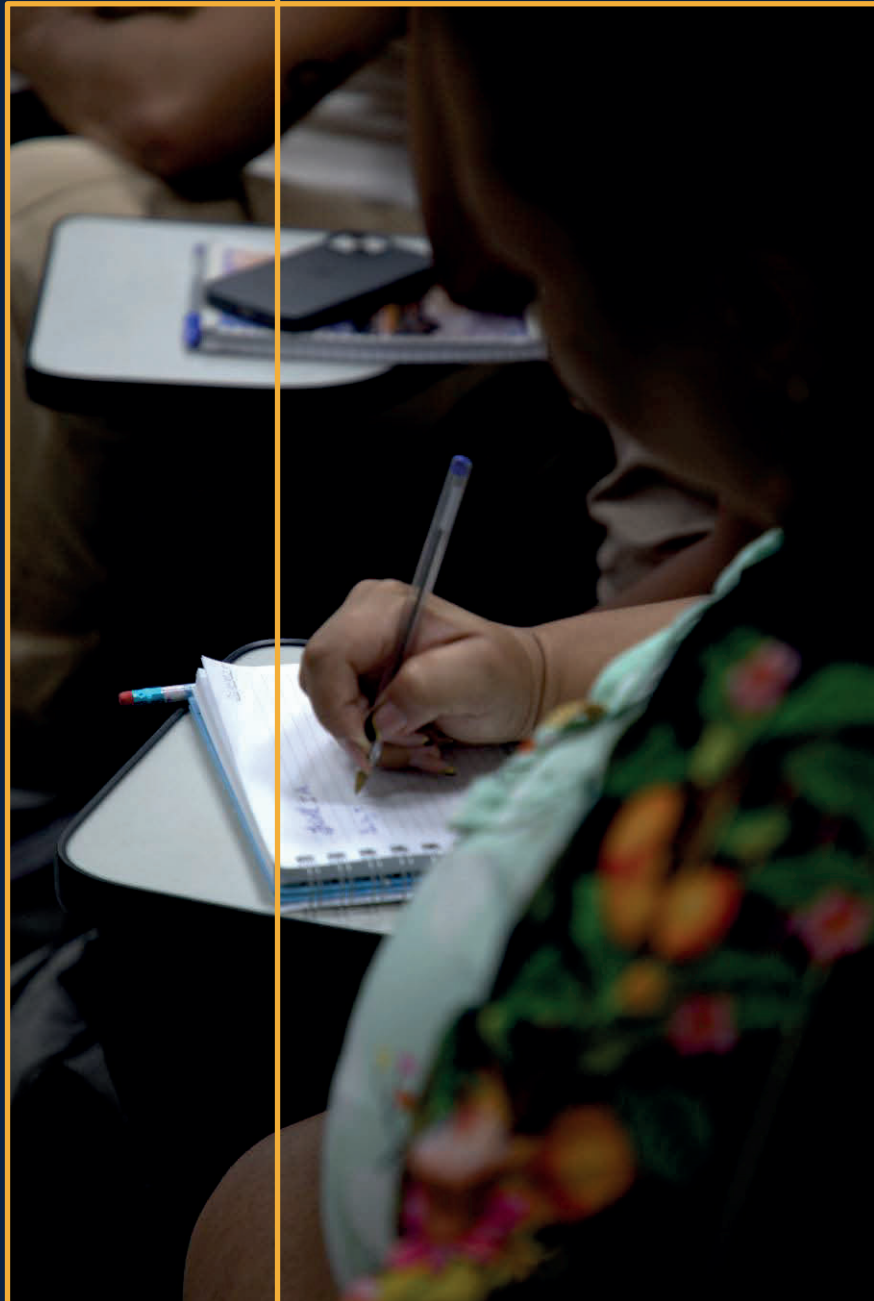
Zara

Pesquisadora e ativista, 25 anos, 17 nov 2025

Se a IA é frequentemente celebrada como um sistema capaz de aprender, adaptar-se e responder a contextos complexos, queremos sugerir um jeito inverso de pensar a favela. A favela é uma inteligência coletiva, que já opera há décadas como um sistema sofisticado de aprendizado contínuo, baseado em memória, oralidade, empatia e adaptação territorial. Dessa forma, é urgente que a gente desloque o debate sobre inteligência artificial do campo exclusivamente técnico para o terreno das formas de vida. Qualquer tecnologia voltada aos territórios precisa partir do reconhecimento da favela como produtora de conhecimento, memória e inteligência coletiva, e não como espaço a ser corrigido, mapeado ou otimizado.

⁵² Souza, R. (2018). *Cria da Favela: Resistência à Militarização da Vida*. Rio de Janeiro. Núcleo Piratininga de Comunicação.

⁵³ Medrado, A. e Rega, I. (2023). *Media Activism, Artivism and the Fight Against Marginalisation in the Global South*. London: Routledge.



XXXXX

O QUE FUNCIONA NO ATIVISMO TECNOLÓGICO?

O que funciona no ativismo tecnológico?

Nas oficinas percebemos que o ativismo tecnológico que produz efeitos concretos nos territórios periféricos é aquele que parte da experiência vivida e da autoridade de quem conhece por dentro a realidade local. Ou seja, o que tem funcionado não é a tecnologia “levada” para a favela como solução pronta, mas a tecnologia tensionada, adaptada e disputada a partir das vivências particulares a cada um daqueles espaços.

A favela reafirma a legitimidade e o valor do saber territorial. Quando moradores ocupam espaços de fala, consulta pública e incidência política, desloca-se a lógica que posiciona a favela apenas como público-alvo e não como sujeito de decisão. Como sintetiza uma das participantes, o ativismo tecnológico se articula a uma tradição mais ampla de organização comunitária:

O ativismo cultural, o ativismo social nas periferias, ativismo na universidade, na escola... são diversas formas que permitem que a tecnologia da oralidade, que reside nas comunidades periféricas, ajude a buscar um lugar de justiça social que está além do nosso corpo. Ocupar espaços que o Estado não chega.

Zara

Pesquisadora e ativista, 25 anos, 17 nov 2025

Aqui, tecnologia não é apenas dispositivo ou software, mas também linguagem, formas de articulação coletiva e produção de memória. O ativismo funciona quando essas tecnologias sociais passam a disputar o sentido das tecnologias digitais.

Outro eixo central é a pressão organizada sobre as big techs. Acreditamos que avanços acontecem quando movimentos sociais:

- participam de consultas públicas;
- questionam algoritmos e critérios automatizados;
- denunciam racismo e outras formas de preconceito tecnológico;
- produzem contranarrativas frente ao apagamento e à desinformação.

A experiência de incidência política na pauta de regulação de IA e de combate ao reconhecimento facial racista aparece como exemplo de que as plataformas só respondem quando são politicamente pressionadas. O ativismo, nesse sentido, desloca a relação com as big techs de uma posição passiva para uma relação de enfrentamento e negociação. Essa preocupação, inclusive, aparece desde a primeira oficina, quando questionamos se a participação das periferias se dá apenas no uso de ferramentas prontas ou se é possível incidir nos processos de produção dos próprios sistemas. Afinal, “como é que a gente interfere na produção dessa IA?”.

Talvez o aspecto mais forte seja o reconhecimento de que o que tem dado certo são as tecnologias criadas pela própria comunidade – não necessariamente digitais, mas que podem se articular a elas. Gostaríamos de nos referir a essas tecnologias como **tecnologias de cuidado**.

São citadas como exemplos:

- páginas independentes e mídias comunitárias;
- jornais locais;
- bibliotecas comunitárias;
- arquivos de memória da favela feitos pelos próprios moradores;
- projetos de leitura;
- plataformas feitas pelos próprios moradores;
- redes informais de cuidado e informação.

... e o mais importante: quando a gente cria nossas próprias tecnologias de cuidado [...], tudo isso mostra para as big techs que a favela não está pedindo favor. A favela está pedindo respeito.

Fernanda
Professora, 44 anos, 17 nov 2025

Essas iniciativas funcionam porque operam a partir do vínculo, da confiança e do reconhecimento mútuo - dimensões que não são reproduzidas automaticamente pelas plataformas. O ativismo tecnológico eficaz é, portanto, aquele que fortalece as infraestruturas comunitárias já existentes, em vez de substituí-las.

Também aparecem práticas de uso tático de tecnologias já disponíveis. Jessica exemplifica como ferramentas digitais disponibilizadas pelo Governo Federal melhoraram rotinas de trabalho no território:

Bom funcionamento dos apps do SUS. A gente hoje em dia não precisa mais ficar anotando tudo em papel no posto. Temos tablet e isso ajuda muito! Isso sem contar pra certificados.

Jessica

Agente comunitária de saúde, 48 anos, 17 de nov

Aqui, a tecnologia funciona quando resolve problemas concretos do cotidiano, reduz burocracias, apoia trabalhadores locais e também amplia possibilidades de formação e aperfeiçoamento profissional. Como aponta Jessica, as próprias plataformas do SUS oferecem cursos e certificações, mostrando que a tecnologia pode contribuir para o fortalecimento do trabalho no território, sem apagar o papel do vínculo humano.

Esse uso tático também está condicionado às condições reais de infraestrutura. Como já mencionamos nos tópicos anteriores sobre infraestrutura e acesso, em diferentes momentos das oficinas apareceu o desafio da conexão instável ou inexistente, o que reforça a importância de pensar tecnologias que possam operar de forma offline ou em condições de baixa conectividade.

Ao mesmo tempo, as falas demonstram consciência dos limites das plataformas já disponíveis. O WhatsApp, por exemplo, aparece como ferramenta ambígua: amplia acesso, mas também restringe o universo informacional e pode reforçar assimetrias, como ressalta uma das participantes, ao alertar que muitas pessoas na favela só acessam essa plataforma, o que limita a comparação de fontes e amplia a vulnerabilidade à desinformação.

Além disso, o ativismo também opera na dimensão simbólica. O participante Alex observa que a tecnologia pode aproximar pessoas de conceitos e vocabulários que antes circulavam em outros espaços:

A gente da periferia muitas vezes não tem determinado linguajar, tipo 'filantropia', uma palavra nova pra algo que eu já faço e não sabia que este era o nome. A tecnologia diminui distâncias.

Alex

Advogado, 26 anos, 17 de nov

Contudo, essa mesma tecnologia também cria novas separações. O ativismo, lembram os participantes das oficinas, funciona quando transforma acesso à linguagem em ferramenta de empoderamento, não em novo marcador de exclusão. Esse entendimento do ativismo tecnológico como prática situada também apareceu já na primeira oficina, em maio de 2025, quando participantes alertaram para os riscos de iniciativas tecnológicas que mapeiam, coletam ou organizam dados sobre o território sem considerar as dinâmicas locais de violência e controle. Surgiu a preocupação de que projetos externos – mesmo quando apresentados como inovação ou parceria – possam expor comunidades, produzir novas formas de vigilância ou retirar dados do território sem retorno social. Nesse sentido, o ativismo tecnológico que funciona é também um ativismo de proteção: ele envolve saber quando recusar, questionar, tensionar ou redirecionar propostas tecnológicas, a partir do conhecimento de quem vive a realidade local.

Finalmente, há ainda um alerta importante sobre os riscos de uma incorporação acrítica da IA. Joana, por exemplo, chama a atenção para os efeitos subjetivos do uso da IA e para a necessidade de não perder a essência comunitária:

A IA coloca na gente o ar de superioridade. A gente se sente mais inteligente, mais útil. Mas a gente precisa colocar o pé no chão.[...] Uma IA boa pra favela seria uma que não existe, não vai ter, mas que não roube a nossa essência. Que não roube a nossa intimidade.

Joana

Líder comunitária e cuidadora, 49 anos, 17 nov 2025

O ativismo tecnológico, portanto, não busca apenas acesso, mas também limites, proteção de dados e preservação das formas próprias de vida. As falas indicam que não basta coletar informações sobre a favela: é preciso que esses dados sejam utilizados para fortalecer serviços, políticas e iniciativas locais, sob controle, participação e decisão da própria comunidade.





ÁREAS-PROBLEMA E DEMANDAS PARA OS GOVERNOS E AS BIG TECHS

Áreas-problema e demandas para os governos e as big techs

Para os participantes do Favel IA, a inteligência artificial e as plataformas digitais não aparecem como um campo abstrato de inovação, mas como parte de um conjunto de tensionamentos concretos que atravessam a vida cotidiana. As demandas dirigidas a governos e big techs emergem de áreas críticas onde tecnologia, desigualdade e violência estrutural se cruzam.

a) Segurança

A questão da segurança aparece associada não à ausência de tecnologia, mas ao uso desigual e muitas vezes violento dela. Participantes expressaram preocupação com reconhecimento facial, mapeamentos territoriais e captação de imagens sem consentimento, em contextos marcados por violência policial, presença de grupos armados e disputas de poder locais. As falas indicam que tecnologias de monitoramento, quando implementadas sem controle social, podem reforçar práticas de criminalização e estigmatização das favelas.

“A IA só confunde negros! Precisamos preservar nossos dados, não deixar vazar!”

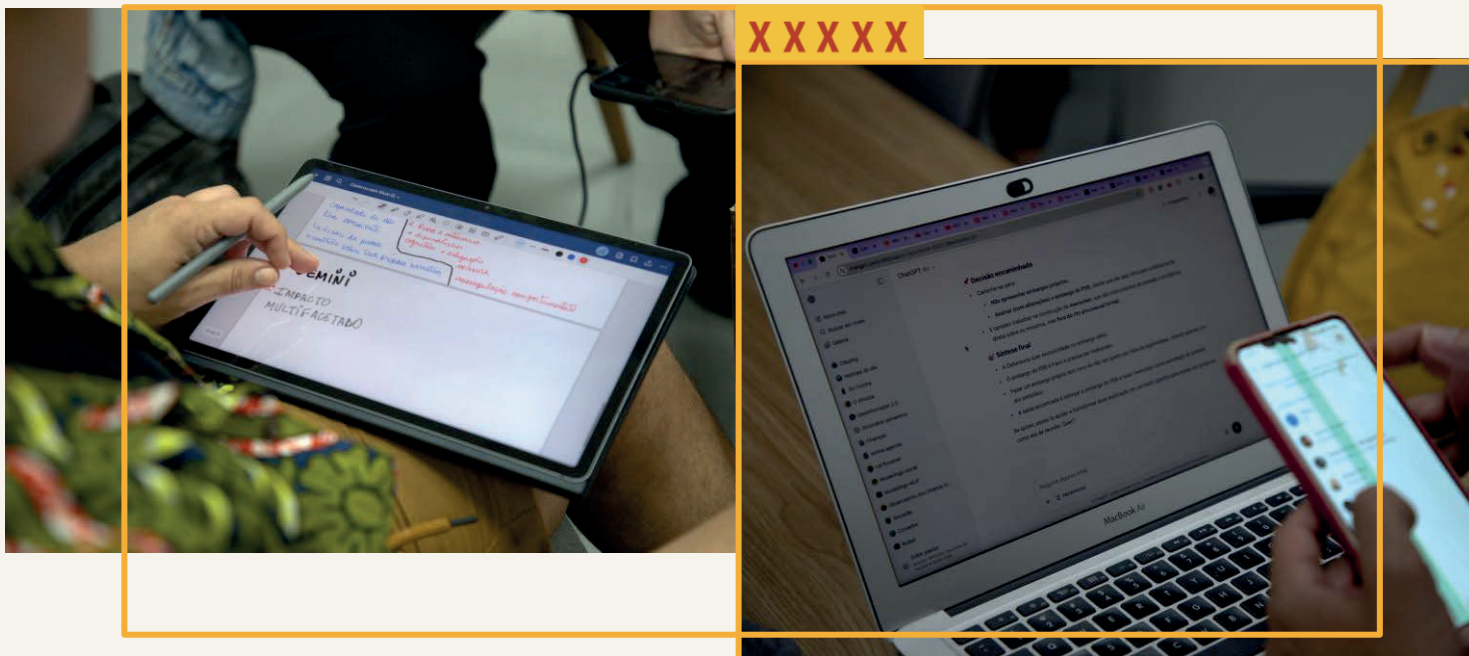
Joana
Líder comunitária e cuidadora, 49 anos, 17 nov 2025

“Falta transparência com o que está sendo coletado com qualquer tecnologia que chega na comunidade”

Ronaldo
Pesquisador, 31 anos, 17 nov 2025

“... não pode sair tirando fotos dos outros na rua! Tem que ter uma lei pra isso.”

Jessica
Agente comunitária de saúde, 48 anos, 17 de nov 2025



Também destacamos a dimensão do racismo territorial, em que tecnologias são aplicadas de modo a reforçar desigualdades históricas. Além disso, a fala dos participantes destaca que o problema não se restringe ao uso das tecnologias, mas também a quem as desenvolve e aos referenciais que orientam sua programação. Foi apontado que sistemas como o reconhecimento facial são frequentemente construídos a partir de bases de dados e parâmetros que não refletem a diversidade racial e territorial brasileira, o que contribui para erros sistemáticos, especialmente contra pessoas negras e moradores de favelas. Nesse sentido, o racismo não aparece apenas como efeito colateral, mas como dimensão estrutural do desenho tecnológico. Nesse contexto, a demanda central não é apenas por mais regulação, mas por uma mudança de paradigma: tecnologias não devem ser testadas em territórios populares como laboratório de experimentação, mas submetidas a consulta, veto e controle social das comunidades afetadas.

b) Saúde Mental

A saúde mental aparece como uma dimensão diretamente atravessada pelas dinâmicas informacionais das plataformas. No início da primeira rodada de oficinas, vieram à tona diversos relatos de moradores que utilizavam o ChatGPT para buscar conselhos sobre questões de saúde mental, lidar com o luto, a tristeza ou conflitos com vizinhos, sem necessariamente perceber que, ao compartilhar essas experiências, estavam fornecendo dados sensíveis que serão utilizados para fins de lucro por plataformas nas quais não se deve confiar plenamente. Ao longo das oficinas, por meio de debates e reflexões, foi se construindo uma conscientização coletiva sobre a complexidade de atribuir propriedades terapêuticas à IA generativa e sobre a importância de garantir um cuidado humanizado para questões tão delicadas, especialmente em territórios vulnerabilizados.

Nos territórios, a circulação acelerada de conteúdos não verificados se articula com contextos já marcados por violência, precariedade de serviços e instabilidade cotidiana, ampliando estados de alerta, medo e exaustão emocional. Esse impacto não é abstrato, ele se manifesta em situações muito específicas da rotina comunitária:

A saúde mental acontece quando a vida acontece sob pressão. Mas sofre também com desinformação: notícia falsa sobre operação, falta de água, fechamento de escola, violência que não aconteceu” [...] “Santo Amaro, Alemão, Penha. A violência policial adoce o território mentalmente e fisicamente. E as big techs pioram quando deixam circular vídeos editados, narrativas mentirosas e discursos que criminalizam a favela como se fosse inimiga pública. Em vez de proteger, elas amplificam o estigma.

Fernanda
Professora, 44 anos, 17 nov 2025

Outros participantes também relacionaram plataformas a dinâmicas de dependência, sobrecarga e alterações constantes que estimulam uso compulsivo.

Nossa saúde mental é alimentada por esta constante busca de prazer. Quando perdemos alguma rede social, ficamos tristes, depressivos. As redes sociais ficam mudando seu layout sempre para que a gente queira estar sempre nela. Precisa de limitação.

Alex
26 anos, advogado, 17 nov 2025

As plataformas aparecem, assim, como ambientes que exploram a atenção e a emoção como recursos, produzindo sobrecarga cognitiva e afetiva em territórios já marcados por pressão constante.

c) Meio Ambiente

As discussões conectam tecnologia e meio ambiente a partir de uma perspectiva territorial que ultrapassa o debate abstrato sobre “sustentabilidade digital”. Os participantes associam a expansão de infraestruturas tecnológicas e a distribuição dos riscos ambientais a processos históricos de desigualdade, nos quais os mesmos territórios seguem concentrando impactos negativos e permanecem sendo escolhidos para suportar os custos materiais da economia digital.

Nesse sentido, a crítica não se dirige apenas ao impacto ambiental em si, mas à forma desigual como esses impactos são distribuídos. Essa leitura aparece articulada à noção de racismo ambiental, isto é, à recorrência de deslizamentos, alagamentos, ondas de calor e precariedade de infraestrutura justamente nas áreas onde vivem populações periféricas. Uma das participantes aponta que esses riscos não são naturais ou aleatórios, mas se repetem “*sempre nos mesmos lugares*” (Zara, pesquisadora e ativista, 25 anos, 17 nov 2025), revelando uma desigualdade territorial persistente. Ao mesmo tempo, destaca que a IA poderia ser mobilizada para reconhecer padrões de chuvas intensas, calor extremo e outros eventos climáticos, funcionando como ferramenta de aviso e proteção para as periferias.

Assim, a tecnologia aparece aqui sob duas faces: como parte de um modelo que pode aprofundar desigualdades ambientais, mas também como possível instrumento de prevenção e cuidado territorial, quando orientada a partir das necessidades locais. A crítica dirige-se, portanto, não apenas ao impacto ambiental das tecnologias, mas à forma desigual como esses impactos e benefícios são distribuídos.

Servidores em lugares que já sofrem com seca. Ceará, RJ. Isso é abuso, é falta de respeito, legislação, lobby das big techs. Precisamos de uma legislação que proíba esse tipo de instalação no Brasil.

Isadora
Designer, 44 anos, 17 nov 2025

A partir dessa perspectiva, emerge a demanda de que as legislações de IA no Brasil não se limitem a princípios genéricos de direitos humanos, mas sejam explicitamente antidiscriminatórias, antirracistas e antimisóginas, incorporando ainda o direito ao território como dimensão dos direitos digitais. Como formulado pela participante, não se trata apenas de proteger indivíduos, mas de reconhecer o direito à terra e às condições de vida nos territórios como parte da governança tecnológica.

d) Esquecimento de Conhecimentos

Os participantes ressaltam que a tecnologia pode tanto preservar quanto apagar conhecimentos locais. O risco identificado é o de que saberes territoriais, histórias comunitárias e memórias coletivas sejam invisibilizados por sistemas que privilegiam dados formais e registros institucionais.

Nas duas oficinas, emergiu de forma recorrente a percepção de que as tecnologias digitais operam com um modelo de informação que privilegia registros formais, bases de dados estruturadas e categorias padronizadas, o que tende a invisibilizar saberes territoriais, memórias coletivas e formas de conhecimento construídas na prática comunitária. Participantes ressaltam que parte significativa do que organiza a vida na favela não está em planilhas, mas na memória viva das pessoas, no reconhecimento dos vínculos e no conhecimento acumulado sobre o território.

A IA não consegue capturar o saber de cria, o saber que está totalmente vinculado a um território, você não aprende na escola, nem na universidade, [...] é formado na prática.

Thiago
Ativista, 42 anos, 17 nov 2025

Esse “saber de cria” envolve conhecimento sobre pessoas, trajetórias, redes de ajuda, rotas, fontes de água, possibilidades de apoio – dimensões que estruturam a sobrevivência e o cuidado coletivo, mas que escapam aos formatos técnicos de dados. A preocupação expressa é que, ao se tornarem referência para políticas e decisões, sistemas baseados apenas em dados formais produzam apagamento de conhecimentos locais e deslegitimação de formas comunitárias de organização. Quando apenas dados formais orientam políticas e decisões automatizadas, não se trata apenas de perda cultural, mas de redistribuição de poder: o que não é registrado deixa de existir como referência legítima.

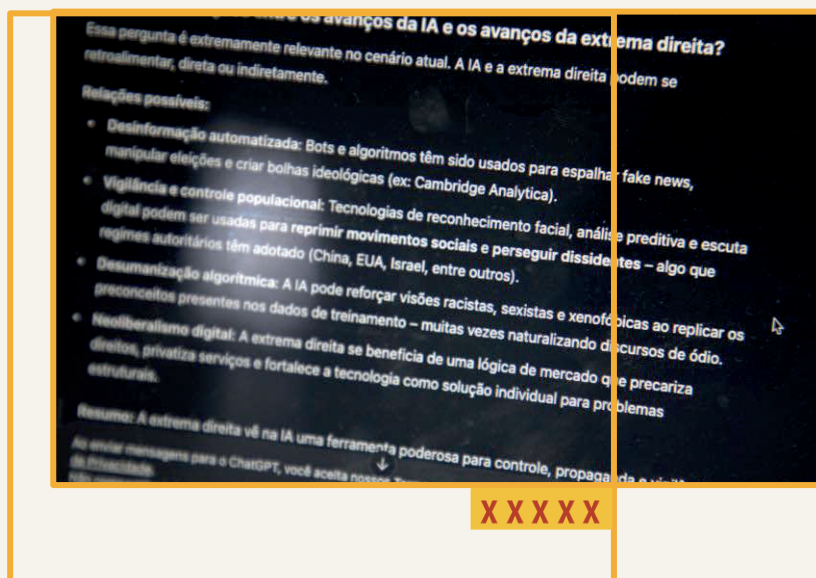
Ao mesmo tempo, a memória aparece como prática de resistência. Bibliotecas comunitárias e registros produzidos pelos próprios moradores são mencionados como infraestruturas que preservam histórias e contrapõem narrativas estigmatizantes.

A biblioteca comunitária entra como um respiro. Ela ensina leitura crítica, fortalece confiança, cria rede de proteção. Ela faz o trabalho que as big techs se recusam a assumir. A gente faz a nossa parte, mas elas precisam assumir a responsabilidade pelo impacto que causam.

Fernanda
Professora, 44 anos, 17 nov 2025

d) Desinformação

A desinformação aparece como problema transversal, afetando segurança, saúde mental e organização da vida diária. Nas falas, não é tratada apenas como erro informacional, mas como fator que desorganiza rotinas, produz medo e intensifica vulnerabilidades já existentes. A circulação de boatos sobre operações policiais, interrupções de serviços e episódios de violência tem efeitos concretos: altera deslocamentos, impede trabalho, escola e acesso a serviços, além de produzir sofrimento psicológico.



Também, como visto anteriormente, foi apontado que, em contextos de acesso limitado à internet, muitas pessoas dependem quase exclusivamente de uma única plataforma para se informar, o que reduz a possibilidade de comparação de fontes. Uma das participantes destaca que, quando o acesso se concentra em aplicativos como o WhatsApp, o universo informacional se estreita, e a população fica mais exposta a conteúdos não verificados, sem condições de checagem. A crítica dirige-se à lógica das plataformas, que priorizam engajamento e velocidade de circulação, mesmo quando os conteúdos têm potencial de causar dano social.

O whatsapp hoje em dia acaba facilitando que quem tem internet de menor qualidade possa acessar IA. Mas ao mesmo tempo é muito limitado. A gente tem muitas plataformas digitais e muitas pessoas só tem acesso ao whatsapp, as informações são limitadas. Então que tipo de informação grande parte das pessoas da favela está recebendo? O whatsapp pode acabar sendo uma forma de opressão e coação desta população que só tem acesso a ele, não consegue comparar.

Zara

Pesquisadora e ativista, 25 anos, 17 nov 2025

QUADRO ANALÍTICO

Tensionamentos críticos e demandas para a governança de IA e plataformas digitais a partir dos territórios

ÁREAS-PROBLEMA	SÍNTESE	DEMANDAS
Segurança	A tecnologia, quando desregulada e territorialmente descolada da realidade local, tende a aprofundar desigualdades.	<ul style="list-style-type: none"> • Proibir reconhecimento facial e vigilância automatizada sem controle comunitário; • Regular uso de imagem e limitar captação de dados em territórios populares; • Exigir auditoria pública territorial e transparência sobre dados e finalidade.
Saúde Mental	As plataformas digitais atuam sobre o princípio da busca de prazer, levando, assim, a vícios em seus produtos. Além disso, a desinformação circulante pode levar ao aumento da ansiedade, principalmente quando são abordados temas sobre segurança pública ou questões climáticas.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de política nacional de saúde mental digital. Dentro dessa política, exigir que big techs direcionem recursos para um programa de agentes comunitários de saúde mental, inspirado nos moldes do programa de agentes de saúde comunitários. Para reverter uma parte de seus lucros para comunidades das quais extraem dados e recursos, o setor privado colaboraria com o setor público em programas de formação de agentes comunitários de saúde mental para que possam ser criados centros que ofereçam atendimento e cuidado humanizado aos moradores. Isso permitiria um maior apoio para as tecnologias de cuidado que já existem nas favelas; • Regulação da lógica algorítmica que prioriza e monetiza engajamento. Permitir que se criem conselhos Favel IA que possam solicitar auditorias de sistemas algorítmicos. Tipos comuns de auditoria incluem auditoria técnica, legal, ética, de impacto social, de dados, de bias/vieses; • Apoio financeiro a iniciativas de educação midiática; • Fiscalização de práticas que estimulam dependência e sobrecarga informacional; • Regulamentação clara do combate à desinformação em plataformas digitais.
Meio Ambiente	A construção de data centers extrativistas em regiões do sul global já afetadas pelo aquecimento global enfatiza pontos antes abordados, como o racismo ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> • Regulação ambiental da instalação de data centers e infraestruturas de IA; • Limitação (ou proibição) de atividades tecnológicas extrativistas em áreas ambientalmente vulneráveis; • Inclusão explícita de princípios antirracistas, antidiscriminatórios e territoriais nas leis de IA, incorporando o direito ao território como parte dos direitos digitais.
Memória	Os sistemas tecnológicos tendem a reconhecer como “dado” apenas aquilo que é formalmente registrado, o que produz apagamento de saberes territoriais, memórias comunitárias e formas de conhecimento baseadas na experiência e nos vínculos locais.	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento de saberes territoriais como patrimônio informacional; • Projeto CriA, no qual verbas públicas e privadas seriam destinadas ao apoio a bibliotecas, arquivos comunitários e iniciativas de tecnologia do cuidado memória local, lideradas por líderes comunitários e/ou Conselhos Favel IA; • Apoio público a bibliotecas, arquivos comunitários e iniciativas de memória local; • Participação de organizações comunitárias na curadoria e governança de dados; • Políticas de dados que não substituam vínculos e conhecimento territorial por registros puramente automatizados.
Desinformação	A lógica de circulação acelerada e baseada em engajamento das plataformas amplia a difusão de conteúdos não verificados que, em territórios já vulnerabilizados, desorganizam a vida cotidiana, intensificam medo e ansiedade e impactam diretamente segurança, mobilidade e acesso a serviços.	<ul style="list-style-type: none"> • Regulação da amplificação algorítmica de conteúdos sensacionalistas e não verificados; • Mecanismos de denúncia acessíveis para moradores de territórios periféricos; • Apoio financeiro a bibliotecas comunitárias e projetos de educação midiática; • Transparência sobre critérios de moderação e circulação de conteúdos em territórios vulnerabilizados.

XXXXX

CONCLUSÃO

Conclusão

O foco deste relatório foi compreender a relação da favela com a IA, buscando analisar não apenas como os participantes utilizam essas tecnologias, mas como elas impactam as comunidades como um todo ao mudar seus hábitos cotidianos e criar preocupações sobre seu futuro a curto e longo prazo, que vão desde a perda de empregos até questões como vigilância. Neste exercício, também buscamos realizar um debate experimental com alguns apontamentos conceituais sobre possibilidades regulatórias.

Como mencionamos, a favela já funciona como uma forma de inteligência coletiva precedente à inteligência artificial. As comunidades são produtoras de conhecimentos valiosos, relações, memórias e coletividades. Como nossas falas sobre os “crias” apontam, a favela é um espaço de capital geográfico e histórico.

Os debates nos mostraram que o debate sobre IA não pode ser separado do debate sobre a precariedade de prioridades mais imediatas, como o acesso à infraestrutura básica, à conexão à internet e à segurança, que se tornou tônica principal nos debates com a realização da *Operação Contenção*, no dia 28 de outubro de 2025. A operação foi consensualmente identificada como um massacre, ditando o tom de parte da discussão na última rodada de conversas.

Sobre as tecnologias, apesar de um tom de ceticismo ditar grande parte das discussões, os participantes mostraram certa ambivalência, apontando que seu uso tático pode diminuir hierarquias de poder, com uma participante descrevendo como “a IA nos faz sentir mais inteligentes” e outros destacando seu potencial para reduzir burocracias, apoiar trabalhadores e facilitar o ativismo.

Ainda assim, as conversas foram dominadas por sentimentos de ansiedade e apreensão. Sobre questões de segurança, as tecnologias foram apontadas como reforçadoras de desigualdades históricas já existentes, com a questão do racismo territorial sendo levantada, em especial com um medo de tecnologias de reconhecimento facial e da construção de bancos de dados que repitam erros sistemáticos especialmente contra pessoas negras e moradoras de favela. Nos debates, lembramos que essas tecnologias já são utilizadas em eventos como shows e jogos de futebol, e que a polícia já tem utilizado para realizar prisões.

A preocupação também se estendeu à saúde mental, com participantes apontando hábitos de utilização da IA generativa como conselheira ou terapeuta e o vício em estímulos causado pela constante busca por prazer. Além disso, nos causam preocupação o alto custo ambiental da IA e a insusten-

tabilidade dessas tecnologias. Havia também uma sensação geral de que, para as crias de favela, você está condenado se usar IA e também está condenado se não usar. Porque, quando você usa, as pessoas sabem que você usa, e podem mencionar o uso de IA de forma depreciativa para minimizar o esforço e o conhecimento dos moradores da favela. Mas, se você não usa, fica para trás. Você já está em uma grande desvantagem, e então acaba ficando ainda mais para trás. Então, havia uma grande ambiguidade nisso.

Além disso, líderes comunitários que passaram anos dedicados às tecnologias do cuidado, sentiam que esse tipo de trabalho não era valorizado, e que não conseguiam acompanhar as mudanças tecnológicas. Essas tecnologias do cuidado não recebem o reconhecimento suficiente, então eles sentiam que estavam ficando para trás, quando na verdade estavam realizando um trabalho fundamental para o tecido social da comunidade.

A desinformação também foi apontada como um dos principais problemas em torno da IA, com as lógicas de circulação dos aplicativos favorecendo conteúdo falso, enganoso e não-verificado, no caso da favela, tomando vantagem de territórios já vulnerabilizados para sua circulação. Participantes relataram boatos sobre operações policiais, interrupções de serviços e episódios de violência tendo efeitos negativos concretos ao desorganizar rotinas e produzir sofrimento psicológico.

O Favel IA, desta forma, foi um exercício valioso no sentido de ecoar vozes que muitas vezes não são ouvidas. A mudança tem sido rápida e agressiva: apenas cerca de 3 anos separam as rodas de conversa do lançamento do ChatGPT pela OpenAI, momento considerado determinante para tecnologias de IA, e já grandes mudanças podem ser observadas no cotidiano dos participantes. As duas rodadas de reuniões tiveram apenas cinco meses de diferença uma para outra, registrando avanços muito significativos das tecnologias. A continuidade da discussão é essencial para que se possam ser pensadas soluções para o futuro.

Torcemos para que o Favel IA seja apenas o começo; que esses apontamentos conceituais gerem avanços em regulamentação, que os participantes se tornem multiplicadores e sigam atuando nas áreas de literacia e governança de IA em e além de suas favelas. O próximo passo é transformar o Favel IA em algo mais amplo, construído a partir dos aprendizados dessa primeira etapa, potencialmente buscando um Favel IA Sul-Sul, promovendo intercâmbios e diálogos com comunidades de favela de outros países do Sul Global. No fim das contas, seguimos entre dançar conforme a música e inventar novos ritmos, sabendo das limitações que nos cercam, mas também reconhecendo que, nas favelas, as potências de criação e construção sempre deram o tom.

